Como Enfrentar a Desarmonia na América Latina

O Resurgimento Populista, a Emergência do Centro e as Inferências para as Diretrizes Norte-Americanas

Hal Brands

HÁ UMA DÉCADA quase toda a América Latina parecia estar convergindo à democracia e à economia de mercado-livre. Em toda a região, com exceção de Cuba, a democracia progredia e as ditaduras batiam em retirada. Parecia que as lutas ideológicas renhidas do século XX chegavam ao fim. Como um observador notou, era "o fim da política para a América Latina".[1]

Dez anos após, muito mudou. As diretrizes favoráveis ao mercado, produziram ganhos macro-econômicos para muitos países latino-americanos, mas deixaram de aliviar a persistente pobreza e, em certos casos, exacerbaram as dificuldades para os mais indigentes. A democracia levou a grandes avanços em direitos humanos e fez com que as administrações governamentais fossem obrigadas a prestar contas aos cidadãos. Contudo, ainda não produziu as melhorias tangíveis em qualidade de vida que muitos residentes da região esperavam. A miséria, instabilidade, corrupção e a insegurança pública continuam fora de controle, provocando intensa frustração pública e produzindo tumulto político e ideológico intensos.

Os resultados eleitorais dessa turbulência descrevem-se, frequentemente, como uma "volta à esquerda" ou "solavanco à esquerda".[2]

Os partidos tradicionalmente associados à esquerda, conseguiram ganhar o poder em muitos países na América Central e do Sul. Os políticos em toda a região colocaram maior ênfase à necessidade de igualdade socio-econômica e a definitiva inclusão da população pobre. De forma mais dramática, líderes, como Hugo Chávez, adotaram a terminologia da esquerda radical ao condenar o capitalismo, retornando às reformas neoliberais e predicando o estabelecimento de um "socialismo para o século XXI".

Sem dúvida, a América Latina passa por mudanças políticas e ideológicas importantes. Mesmo assim, as referências à "maré *cor-de-rosa",* que varre a região, encobrem mais do que revelam.[3] A América Latina não experimenta um câmbio uniforme à esquerda. Na verdade, presencia uma competição entre duas tendências políticas distintas.

A primeira é a renascença do populismo radical. Os líderes carismáticos como Hugo Chávez, na Venezuela, Evo Morales na Bolívia, Rafael Correa no Equador, Daniel Ortega na Nicarágua e Néstor Kirchner e Cristina Fernández de Kirchner na Argentina, catalizaram o ressentimento público, tornando possível a ressurreição daquela tradição venerável como grande potência em assuntos regionais. Esses líderes condenam, enraivecidos, as falhas do capitalismo e da democracia e enquadram a política como luta renhida entre o "povo" e a "oligarquia". Frequentemente nacionalizam a indústria e praticam gastos sociais prolíficos para recompensar os seguidores e criar o tipo de relação onde os pobres tornam-se clientes. Alegam que a democracia representativa deve dar lugar a sistema mais personalístico e, por conseguinte, outorgar poder centralizado à presidência. Vociferam contra os Estados Unidos e a globalização, dando à retórica e, às vezes, às diretrizes, um sabor distintamente nacionalista.

O renascimento populista é, de longe, a tendência política em ação mais marcante na América Latina. Provoca hipérboles, tanto de defensores, quanto de críticos. Um admirador descreve esse movimento como "nada menos do que novo momento histórico", um empreendimento unificado "a fim de liberar a região da mão de ferro do capital financeiro monopolístico global centralizado no Norte.[4] Outro observador descreve reação contrária populista anti-americana ao "sul da fronteira" com consequências profundamente negativas para a segurança norte-americana.[5] Em análise mais sóbria, Peter Hakim do Diálogo Inter-Americano *[Inter-American Dialogue]* considera os efeitos do populismo radical ao perguntar, "Será que Washington está perdendo a América Latina?"[6]

Existe pouca dúvida de que o renascimento do populismo radical é estrategicamente problemático para os EUA. Domesticamente, embora as diretrizes populistas proporcionem benefícios imediatos aos pobres, ultimamente levam ao autoritarismo, polarização, práticas econômicas insustentáveis e a desestabilização geral do país em questão — algo que raramente resulta em benefício para os interesses norteamericanos. Diplomaticamente, a retórica populista possui efeito tóxico ao teor geral das relações inter-americanas. Certos líderes populistas restringiram a cooperação em questões de segurança regional, cujo intuito era solapar a influência norte-americana na América Latina e, no caso de Chávez, seguir diretrizes manifestamente intervencionistas para com as nações vizinhas.

Ainda assim, seria um erro sobrestimar os perigos apresentados pelo renascimento populista. Há pouco motivo para crer que Chávez será bem sucedido em alterar drasticamente o equilíbrio do poder regional. Sua diplomacia estridente alienou possíveis aliados. Suas tentativas em ampliar a influência da Venezuela e moderar o poder norteamericano somente alcançaram resultados confusos. Talvez o importante é que existe maior ambiguidade para com diretrizes estrangeiras de líderes como Correa, Ortega e os Kirchners do que inicialmente parecia ser o caso. Esses presidentes são decididamente anti-americanos em retórica e cada um deles agiu de modo a menosprezar os objetivos de segurança norteamericanos. Ao mesmo tempo, tacitamente, cooperaram com Washington em diversas questões importantes e parece que conseguiram obter um equilíbrio entre esse imperativo e os aspectos mais radicais da diplomacia populista. Até onde os Estados Unidos conseguirem identificar as possibilidades de colaboração benéfica com esses líderes, talvez possam proteger os interesses indispensáveis aos EUA na região e limitar as repercussões do renascimento populista.

Um ponto de vista demasiado drástico da situação atual também arrisca ignorar os efeitos da segunda tendência essencial à política latinoamericana: a emergência do centro. Tanto na centro-esquerda como na centro-direita, vários líderes reagiram à presente crise administrativa na América Latina de forma mais construtiva do que a oposição populista. Mesclam as diretrizes econômicas pró-mercado à reformas sociais criativas, confrontando as antigas deficiências estatais latinoamericanas. Buscam evitar a polarização e não fomentá-la. Não prometem soluções "maximistas" a problemas arraigados, reconhecem a necessidade de reforma calculada e contínua. Finalmente, esses governos são extremamente pragmáticos acerca de política exterior e perseguem os interesses nacionais de maneira a colocar ênfase em benefícios de cooperação e não na inevitabilidade de confronto com os Estados Unidos.

Essa tendência que Javier Santiso denomina de "trajetórias possibilistas" é aparente em muitos países latinoamericanos, especialmente no Brasil, Chile, Uruguai, México e Colômbia. O desempenho desses governos varia consideravelmente. Os ganhos alcançados normalmente ultrapassam as proezas dos populistas, mais controversiais. Mesmo assim, se a tendência centrista for sustentada e fortalecida, os resultados eventuais somente serão favoráveis à estabilidade regional, desenvolvimento econômico sustentável e progresso dos interesses norteamericanos.[7]

Embora o clima político na América Latina cause problemas aos Estados Unidos, oferece também muitas oportunidades. Seus interesses receberão maiores benefícios com o uso

de três diferentes abordagens para com a estratégia, a fim de gerenciar o tumulto político na região. Em primeiro lugar devem, via engajamento, sempre que possível, e com firmeza cuidadosamente calibrada, quando necessário, tentar minimizar as repercussões diplomáticas provocadas por diretrizes estrangeiras populistas. Em segundo lugar, devem capacitar líderes moderados responsáveis, tanto da centro-esquerda como da centro-direita, para incentivar boas alternativas ao populismo. Em terceiro lugar, devem também fazer com que o apoio a esses governos centristas façam parte de campanha maior e a mais longo prazo para dirigir-se à insegurança pública, sub-desempenho econômico, corrupção oficial, extrema pobreza e outras condições que levam ao radicalismo político. Se os EUA conseguirem forjar uma estratégia holística, seguindo esses parâmetros, poderão virar a maré dos populistas radicais, oferecendo a oportunidade de promover crescimento integral, estabilidade democrática e cooperação de segurança eficaz na região.

Expectativas Não Cumpridas

O tumulto atual teve origem em promessas não cumpridas em duas ocasiões importantes referentes a assuntos regionais no final dos anos setenta: a democratização e a reforma econômica neo-liberal. Com início em 1978 e concluindo com as eleições mexicanas de 2000, a América Latina passou a ser democrática. Supostamente em 1978, unicamente quatro países na região mereciam ser chamados de democráticos. Em 2000, somente a Cuba de Castro permaneceu indisputavelmente autoritária. Mais ou menos durante aquele período, os países latinoamericanos adotaram grandes mudanças econômicas estruturais. Para afastar-se das ineficiências da Industrialização para Substituição de Importação *[Import Substitution Industrialization-ISI]* e escapar à dura instabilidade financeira, devido a crise de dívidas no final dos anos setenta e oitenta, os países latinoamericanos deram as boas vindas ao mercado. Reduziram drasticamente as tarifas, privatizaram indústrias estatais e eliminaram os gastos sociais. Incentivaram as exportações, liberaram os fluxos monetários, cortejaram os investimentos estrangeiros e assinaram acordos de livre comércio. O *Ethos* dessas mudanças para o mercado livre foi bem expresso pelo Presidente salvadorenho Armando Calderón, que declarou que queria tornar seu país em "super zona franca", "o Hong Kong da América Central".[8]

Naquela época e desde então, as eleições e mercados livres foram proclamados como os antídotos ao subdesempenho econômico e à má administração pública que há tempos aflige a região. De certo modo, essas expectativas não eram por completo infundadas. As violações de direitos humanos desapareceram rapidamente, à medida que governos eleitos suplantavam os regimes militares repressivos. Ao final dos anos noventa os latinoamericanos, em média, estavam um pouco mais a salvos da ameaça de terrorismo que o próprio governo vinha perpetrando contra o povo há décadas. A democratização oferecia novos rumos ao ativismo social, ao protesto e à resolução pacífica de disputas, fazendo com que a política regional passasse a ser um jogo menos letal.[9]

As reformas neo-liberais também foram benéficas, dando origem a certo número de efeitos macroeconômicos salutares. As diretrizes em prol do mercado levaram ao crescimento do comércio, investimentos em toda a região e o declínio dramático da dívida soberana. A inflação que alcançou proporções catastróficas durante a crise, baixou a 14 por cento durante a década de noventa. O neo-liberalismo também ajudou a reabilitar o desenvolvimento após as recessões desastrosas dos anos oitenta. A média de crescimento para a América Latina durante os anos noventa foi de 3,5 por cento (não espetacular, mas muito melhor do que o declínio que assolava a década anterior). O Chile, com 6,7 por cento, tomou seu lugar entre os líderes mundiais. Em 2005, as economias latinoamericanas cresceram em média 5 por cento, o melhor resultado registrado em um quarto de século.[10]

Entretanto, para o latinoamericano típico os resultados foram bem menos satisfatórios. Nem a democracia nem o neo-liberalismo conseguiram aliviar os males que assolam sua existência cotidiana: a corrupção governa-

mental, o narcotráfico, o crime organizado e um estado de direito falho, entre outros. Nem mesmo dirigiram-se ao que um historiador denomina de "pecado original" da América Latina: a pobreza oprimente e a injustiça social.[11] As estatísticas de indigência para a região melhoraram um tanto desde o advento do sistema neo-liberal, mas permanecem assustadoras: 213 milhões (40,6 por cento da população) vivem em situação de pobreza; 88 milhões ganham menos de *US* $1 por dia. Os serviços de saúde básicos passam por alto 150 milhões de pessoas; 130 milhões não têm acesso à água potável. O coeficiente *Gini* é aproximadamente um terço mais alto do que a média mundial e a pobreza crônica (passagem da mesma de uma a outra geração) está tão fora de controle que 80 por cento dos latinoamericanos acreditam que "é quem você conhece e não trabalho duro que leva ao sucesso". Como um estudioso explica, "As pessoas acorrentadas pela pobreza sabem que é impossível tentar escapar".[12]

Em certos aspectos, a combinação de reforma neo-liberal e um aparato estatal defeituoso, na verdade servem para exacerbar a desigualdade e a dificuldade do povo. Os cortes drásticos em despesas sociais ajudaram a restaurar a estabilidade fiscal mas também aumentaram as dificuldades para os mais pobres. A venda de indústrias governamentais vitais à classe rica rompeu os monopólios estatais ineficazes. Entretando, devido a falta de mecanismos de impostos redistribucionistas, também levaram à contínua concentração de renda em muitos países. A abertura de economias latinoamericanas ajudaram o crescimento de empresas de exportação, mas frequentemente acarretaram demissões temporárias ou cortes salariais para trabalhadores em setores que estão agora expostos à concorrência estrangeira sem precedentes. Da mesma forma, o impacto de crises financeiras que assolaram o Brasil, México, Argentina e outros países durante os anos noventa e início da década de 2000 – exacerbado pela fuga de capital, investimento especulativo e outros efeitos colaterais da reforma neo-liberal – atingiu especialmente os pobres e a classe média. Como um diplomata norte-americano mais tarde reconheceu, o neo-liberalismo foi "feito sob medida para os que estavam por cima", e aqueles que estavam lá embaixo viam benefícios cada vez menores.[13]

A desilusão popular resultante foi enorme em amplitude e intensidade. A confiança na democracia diminuiu, desde o otimismo inicial dos anos noventa, à medida que número cada vez maior de cidadãos concluiu que (relatórios da *Freedom House*) "os benefícios antecipados de melhor qualidade de vida não ocorreram".[14] De acordo com o relatório anual do Latinobarômetro, 69 por cento dos latinoamericanos creem que seu país "está sendo governado para o benefício de um punhado de grupos poderosos", e somente 38 por cento dizem que estão "muito satisfeitos" ou "bem satisfeitos" com a maneira como a democracia funciona.[15] Somente 21 por cento de residentes regionais professam confiança em partidos políticos de seus países e mais de 50 por cento "estão dispostos a sacrificar o regime democrático em câmbio de progresso socio-econômico de verdade."[16]

O antagonismo para com o neo-liberalismo é ainda mais pronunciado. Os protestos contra as diretrizes orientadas ao mercado são frequentes e estridentes: os distúrbios públicos na Venezuela em 1989 que resultaram em centenas de mortes; a revolta zapatista no México em 1994; o aumento de grupos de protesto social como o "Movimento dos Sem Terra" no Brasil; as "guerras de água" na Bolívia; as demonstrações anti-globalização vociferantes que balançaram a Cúpula das Américas em 2005 e outros incidentes provam o que Gabriel Marcella denomina de "ressentimento cultural poderoso" em curso na América Latina.[17] A falta de satisfação com a situação socio-econômica é evidente, porque tantos latinoamericanos anualmente votam, por assim dizer, com os pés, pois continuam caminhando até sair da região, emigrando a outras partes. Um clima de "grande animosidade e ressentimento" é agora o pano de fundo essencial contra o qual os políticos de todas as estirpes devem fazer campanha e governar.[18]

Em toda a América Latina, a crise deu ao "neo-liberalismo" má reputação, impelindo as questões de pobreza e exclusão à frente da fila de assuntos regionais. Contudo, não levou

ao estabelecimento de sistema alternativo único de política e administração governamental. Ao contrário, deu origem a duas abordagens antagônicas. O bom entendimento dessas metodologias e inferências é essencial para analisar o panorama estratégico atual e delinear uma metodologia norte-americana eficaz para a região.

O Renascimento Populista

Pode-se descrever o primeiro sistema como populismo radical. Como nota Kurt Weyland em seu artigo seminal a esse respeito, o populismo é conceito disputado. Os estudiosos e outros autores oferecem grande número de definições para o termo. Alguns enfocados em fatores socio-econômicos, outros que o consideram como pertencente à categoria retórica ou política. Ainda outros veem o populismo como normativo, usando o termo essencialmente como descrição pejorativa de diretrizes ou políticos com os quais discordam.[19]

Para o propósito desta análise, defino o populismo como a estratégia política centralizada em mobilização daqueles insatisfeitos com a ordem socio-econômica e política atual. Normalmente, envolve diversas características básicas: um líder carismático que critica o sistema existente e instituições representativas; a defesa de conflito maniqueísta entre indivíduos virtuosos e a oligarquia venal; as diretrizes socio-econômicas destinadas a criar vínculos clientilísticos entre os membros do eleitorado favorecido (normalmente os oprimidos, mas também a classe média, em certos casos) e o regime; e a aversão à democracia liberal clássica, em favor à formas de representação política mais personalistas e "diretas".[20]

Dada a marginalização, exclusão, autoritarismo e, em geral, má administração governamental que há muito afligem a região, não é de surpreender que o populismo possui longa e distinta linhagem. Após o advento da era de política de massa nas primeiras décadas do século XX, líderes carismáticos como Getúlio Vargas, Juan Perón e José Velasco Ibarra catalizaram a insatisfação das classes média e baixa à oligarquia predominante para forjar movimentos baseados na mobilização do ressentimento público em massa. Afirmavam incorporar a determinação dos destituídos, dando substância à retórica, outorgando subsídios, aumento de salário e outras recompensas econômicas mais que generosas aos seguidores. Nacionalizaram a indústria, defenderam a *ISI* e declararam forte aversão retórica (às vezes desacreditadas em prática) à influência estrangeira na economia doméstica. Em algumas ocasiões, os populistas reconciliaram seu estilo político às restrições da democracia representativa; em muitos casos, sua liderança plebiscitária e personalística levou à marcante erosão de procedimentos democráticos e uma volta ao autoritarismo. Acima de tudo, o populismo clássico prosperava com confronto e conflito. Após alcançar o poder em onda de irritação popular, tais políticos optavam em atiçar esse ressentimento em lugar de aplacá-lo.[21]

Esse programa permitiu a líderes como Vargas, Perón, e Velazco Ibarra dominar a política de seus países, durante décadas. Velasco Ibarra disse certa vez: *"Dame un balcón y seré Presidente"*. O fato de haver alcançado a presidência cinco vezes prova que sua declaração foi mais que simples bravata.[22] Infelizmente, em geral, os populistas primam mais em política do que em administração governamental. A retórica dissidente favorecia a polarização social febril; o autoritarismo exacerbava as falhas administrativas, causando enorme ruina institucional. O sistema econômico intervencionista, que girava em torno da indústria controlada pelo estado, diretrizes fiscais e orçamentárias inflacionárias e uma indiferença para com *deficits,* eventualmente levaram ao desastre macroeconômico. Com a chegada dos anos oitenta, os traumas da crise de dívida soberana que resultaram em descrédito e eventual desaparecimento da *ISI*, deram a impressão de que a América Latina havia se afastado do populismo, talvez para sempre.[23]

Ultimamente, contudo, passa por incrível renascimento, especialmente em países onde a crise econômica, a instabilidade política e a desilusão pública resultante levaram ao descrédito e à desintegração do sistema do partido existente. Essa deterioração deu lugar a novas oportunidades para uma contingência de populistas carismáticos que, como os pre-

decessores do século XX, praticam uma forma personalística de política, caracterizada por rábido senso de injustiça e predileção pelas soluções radicais.[24]

Os Praticantes Contemporâneos de Populismo

Essa tendência é mais marcante na Venezuela, onde Chávez utiliza terminologia quase marxista: "socialismo para o século XXI"; "socialismo bolivariano", a fim de descrever um projeto populista requintado. Desde a campanha eleitoral bem sucedida de 1998, Chávez vem cultivando uma "coalizão de perdedores", i.e., grupos historicamente marginalizados e outros que experimentaram maior padecimento do que ganho com a reforma neo-liberal, a fim de suplantar o desacreditado regime do *Punto Fijo* e dramaticamente reformular a política nacional.[25] Explora o rancor popular para com arranjos herdados ("a democracia representativa fracassou na América Latina", diz ele; o neo-liberalismo é "o rumo do inferno") e retrata-se como figura "missionária" que liderará as massas à salvação.[26] O importante é que usa as rendas obtidas da nacionalização das diferentes indústrias: petrolífera, aço, telecomunicações, cimento e banqueira, para financiar uma variedade de projetos sociais dispendiosos: transferências monetárias diretas, medicina e produtos alimentícios subsidiados e até mesmo a construção de 12 "cidades socialistas" auto-suficientes para os necessitados.[27]

Tais medidas (bem como um influxo de riqueza proveniente do petróleo) fizeram de Chávez uma figura bem popular, permitindo que colocasse em andamento as mudanças políticas fundamentais. Como parte de tentativas para criar uma democracia "direta" ou "participativa", Chávez mobilizou os seguidores através de grupos patrocinados pelo governo como os *Círculos Bolivarianos* e os *Consejos Comunitários.* Frequentemente recorre a referendos para levar vantagem de rivais políticos, expandindo muito sua autoridade executiva. Contudo, a completa reforma constitucional foi derrocada em 2007, mas Chávez teve êxito em fazer com que as forças armadas permanecessem completamente leais para com o "socialismo bolivariano", preenchendo as vagas na legislatura e tribunais com os aliados, apoderando-se do controle direto da *PDVSA [Petróleos de Venezuela SA],* a empresa petrolífera estatal, e outras instituições, antes autônomas. Também pôs um fim aos limites de mandados presidenciais. O resultado foi enorme centralização de poder. As instituições nominalmente independentes como o *Consejo Electoral* e *Asemblea Nacional* "tornaram-se meros anexos do executivo", escreve um observador; "o estado de direito é, no melhor dos casos, periférico".[28] Durante tudo isso, Chávez continua a enquadrar a política venezuelana como luta entre os destituídos e a oligarquia. Seus inimigos, clama, são "os inimigos do povo".[29]

Na Bolívia, Evo Morales aproveitou o ressentimento de anos e os deslocamentos recentes causados pelo neo-liberalismo para forjar um sistema etno-populista.[30] Qualifica o capitalismo de "pior inimigo da humanidade" e jura trabalhar em prol de sistema "pós-capitalista" baseado em tradições comunitárias majoritárias, ou seja, a população indígena, historicamente marginalizada.[31] Seu governo atarrachou o controle das indústrias de extração e usa o orçamento para a despesa pública dedicada ao serviço social e capacitação política seletiva para mobilizar os sindicatos, comunidades indígenas e outras fontes apoiadas por organização básica. Sustentado por esse apoio, o *Movimiento al Socialismo-MAS* obteve a aprovação de nova constituição que expande o controle da economia e do executivo do governo pelo governo, limita o tamanho de posse de terras no futuro, estende direitos e privilégios especiais às comunidades indígenas, enfraquece os limites de mandados presidenciais e "clama" que o país é uma república "plurinacional". Através desse processo, Morales deixou bem claro que prefere conflito a consenso. Tacha os inimigos de "facistas", "racistas", "terroristas" e "oligarcas". Ameaça confrontar a oposição "nas ruas" e usa uma variedade de manobras dúbias (mas politicamente populares) para redigir e simu-

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

lar a nova constituição.[32] Se necessário, diz o Vice-Presidente Álvaro García Liñera, o regime e partidários utilizarão "estilingues e Mausers" para apoderar-se "completamente do poder".[33] Correa usou táticas abrasivas similares, a fim de causar a ruptura da *partidocracia,* o sistema político equadoriano malajustado. Como Chávez e Morales, Correa prospera com a cólera popular e promete travar guerra de classe como diretriz oficial. "O povo terá a oportunidade de punir a oligarquia e os partidos políticos", diz ele.[34] Ao tomar posse, Correa atarrachou o controle governamental em setores bancários e energéticos, bem como em certas companhias de comunicação, usando os procedimentos para financiar subsídios para os pobres, pensões para os idosos, projetos de obras públicas e outros programas sociais. Os ganhos políticos derivados dessas medidas permitem a Correa mobilizar novos eleitorados e colocar em campo uma campanha "hiperblebiscitária" que estraçalhou a estrutura institucional existente, outorgando-lhe amplos poderes na redação de nova constituição.[35] Esse documento, entre outros, estende maior controle executivo a uma série de instituições, antigamente autônomas, dá ao presidente a opção de abolir o Congresso Nacional e em potencial, permite que permaneça em poder até 2017. Esse programa de "mudança rápida, profunda e radical" escreve o Grupo de Crise Internacional *[International Crisis Group]* fundamentalmente alterou a dinâmica da democracia equadoriana: "O poder concentra-se, cada vez mais, na pessoa do presidente".[36]

Se bem que o renascimento populista é mais bem definido nos Andes, manifesta-se também na Argentina. Sob os Kirchners, o Partido Peronista reconetou-se com certas raízes populistas. Néstor Kirchner tentou aproveitar o ressentimento popular oriundo da crise econômica de 1999-2002, estabelecendo vínculos de patrocinação com os *piqueteros* (grupos de protesto definitivamente patrocinados pelo estado), reestabelecendo os laços tradicionais peronistas com a classe trabalhadora e com os pobres, implementando controle de preços, redução de impostos, aumentos de salário e subsídios direcionados a esses grupos.[37] A necessidade de encontrar rendas para esses programas foi calculada, incorporando a nacionalização (uma vez mais) da linha aérea argentina principal, tentativas para tomar controle do sistema privado de pensões e a segurança de maior controle presidencial sobre o orçamento nacional e a arrecadação de impostos de renda.[38] Ademais, desde 2005, aproximadamente, a Argentina parcialmente afastou-se da ortodoxia macroeconômica. Néstor declarou que o Fundo Monetário Internacional (FMI) das Nações Unidas (ONU) era uma "ditadura" e ele e a esposa utilizaram diretrizes de despesas mais extravagantes.[39] Ao mesmo tempo, os Kirchners aproveitaram a sobra de tudo que tem a ver com o peronismo e a debilidade de instituições rivais, como a legislatura e o judiciário para expandir o poder executivo. Como nota Ignacio Walker, a ruptura da estrutura institucional existente não é tão grande na Argentina como nos Andes, mas o país, assim mesmo, encontra-se "em algum ponto entre a estrutura de democracia personalística e a "democracia de instituições' ".[40]

Daniel Ortega é o neopopulista latinoamericano mais idiosincrático. Iniciou a carreira como guerrilheiro marxista. Agora é um caudilho corrupto que adota as diretrizes econômicas pró-mercado. Seu triunfo na campanha presidencial de 2006 não foi devido a falta de satisfação popular com a pobreza arraigada e o sistema político ineficaz, mas refletiu também sua aliança estratégica com um líder de oposição corrupto e sua habilidade de manipular o dispositivo eleitoral nicaraguense.[41]

Apesar disso, as facetas essenciais de seu programa encaixam-se bem ao paradigma do populismo. Utiliza carisma pessoal, a credibilidade de revolucionário que perdura, as denúncias estridentes (mesmo se insinceras) do "genocídio causado pelo capitalismo global" e o direito de nomeação a cargos públicos, controlado para manter a lealdade entre certos eleitorados empobrecidos e, a fim de manter um grupo crítico de sandinistas prontos para sair pelas ruas em sua defesa.[42] Manipulou habilmente o firme controle do partido, seu "pacto" com o ex-presidente Arnoldo Alemán e centenas de milhões de dólares em assistên-

cia, não registrada, da Venezuela, a fim de eleger, paralizar ou simplesmente ignorar aquelas instituições que existem para controlar seu poder. Uma vez assumido o poder, Ortega expandiu e muito sua autoridade executiva sobre as forças armadas, a polícia, o orçamento e os tribunais. Clama agora pela "democracia direta", sob a forma de *Consejos de Poder Popular* controlados pelos sandinistas, a possibilidade de re-eleições presidenciais indefinidas e a transição ao sistema de um só partido. A autoridade política tornou-se tão personalizada que é comum a observação de que o *Sandinismo* cedeu ao *Danielismo*.[43]

Como seu estilo eclético indica, não existem dois tipos idênticos de populismo contemporâneo. Em maior âmbito, contudo, as diretrizes seguidas por cada um desses presidentes seria bem familiar a líderes como Vargas ou Perón. Agora, como antigamente, o antagonismo popular e a deficiência de instituições políticas latinoamericanas provocaram um sistema baseado em favoritismo, confronto e a personalização do poder.

Os Problemas para os Estados Unidos

O renascimento do populismo radical apresenta dois obstáculos principais aos que formulam as diretrizes norteamericanas. O primeiro tem a ver com os prospectos para a estabilidade democrática e a sustentabilidade do desenvolvimento econômico da região. O segundo com a segurança do hemisfério e a cooperação diplomática, bem como o teor geral dos assuntos EUA-Latinoamericanos.

Acerca do primeiro, é improvável que os vários sistemas populistas existentes atualmente providenciarão a administração governamental necessária para alcançar a estabilidade e a prosperidade a longo prazo. Com certeza, o populismo posssui relação ambígua para com as dificuldades administrativas públicas. A popularidade de políticos como Chávez, Morales e outros resulta do fato de que as nações latinoamericanas deixaram de satisfazer as necessidades básicas de seus cidadãos, de forma contínua. A curto prazo, os governos populistas foram relativamente bem sucedidos em dirigir-se, uma vez mais, a algumas dessas deficiências. O orçamento público dedicado à despesas de serviço social levou a índices de indigência mais baixos (embora disputa-se o tamanho das gotinhas) e, grupos tradicionalmente marginalizados, em certos casos, conseguiram voz política mais forte. Em sentido mais amplo, embora o estilo populista incessante e deliberadamente use o confronto, em países como a Venezuela, Bolívia e Equador, pode-se alegar que tal abordagem foi justificada em sistemas políticos abolidos corruptos, irresponsáveis e instáveis.[44]

Agora, como antes, as consequências a longo prazo do domínio populista são, em geral, perniciosas. Esses efeitos nunca são precisamente os mesmos, mas é possível deduzir várias conclusões. Por exemplo, os programas econômicos implementados pelos populistas andinos são insustentáveis. A nacionalização do setor energético é politicamente popular e permite altos níveis de despesas sociais, mas também amedronta os investimentos estrangeiros, impede a diversificação da economia e o desenvolvimento de setores emergentes, deixa esses países mais vulneráveis às vicissitudes de preços internacionais para o mercado de matéria-prima e cria incentivos para a corrupção.[45] Por exemplo, na Venezuela, a inflação vai bem além dos 20 por cento. A base industrial diminuiu bruscamente, até mesmo quando as rendas petrolíferas injetaram quantias monetárias sem precedentes na economia e toda a classe de homens de negócios ("Boligarcas") enriqueceu-se pela corrupção e o nepostismo.[46] Problemas similares, mas não tão pronunciados, surgem na Bolívia e Equador. Como Correa recusa-se a pagar uma dívida soberana "imoral e ilegítima", manterá seu país fora de mercados de capital internacionais durante muitos e muitos anos.[47] Até mesmo sob uma versão mais limitada de economia populista praticada pelos peronistas, o alto crescimento encobre problemas estruturais inquietantes. Os controles de preço causaram falta de energia, gastos promíscuos elevaram a inflação acima de 20 por cento e é tida como a economia mais vulnerável da América Latina.[48]

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

Com respeito à diretriz social, o gasto populista colocou muitos recursos em mãos de pobres, mas muitas vezes de forma mais condescendente do que capacitadora. Normalmente, o governo coloca condições políticas para que o povo tenha direito a participar em programas sociais. O Governo venezuelano leva a efeito campanhas de registro de voto, via diferentes programas. O *MAS* "incentiva" ativamente que os recipientes de assistência participem em comícios em prol do regime e grupos como os *Consejos del Poder Ciudadano*, os *Círculos Bolivarianos* e os *piqueteros* foram usados para garantir que a assistência flui somente aos leais ao governo. Da mesma forma, em pagamento pelo apoio governamental a essas organizações existe a expectativa de que irão mobilizar-se para intimidar ou derrotar os inimigos políticos do presidente, como de fato ocorreu em muitas ocasiões.[49] Em geral, a ênfase principal dos programas sociais em vários países, em particular a Venezuela, Bolívia, Argentina e Nicarágua, parece ser menos em capacitar a mobilidade social e o crescimento auto-sustentável do que em usar transferências diretas de recursos para criar redes de favoritismo político e *clientilismo*. Como escreve Juan Rial, "Os subsídios são feitos para capacitar grupos sociais a continuar a fazer o que sempre fizeram – protestar contra sua condição social. Essa pressão cívica, por sua vez, serve para legitimar aqueles em poder". O resultado final não é o "desenvolvimento sustentado vigoroso e inclusivo", mas um "circo / ciclo vicioso" de favoritismo e protesto.[50]

No domínio político, é mais provável que as diretrizes populistas exacerbem as falhas administrativas públicas e a democracia em lugar de corrigí-las. A personalização do poder e estilo administrativo plebiscitário são úteis para sobrepujar os rivais e efetuar rápida mudança, mas em última palavra são corrosivos àquelas práticas e instituições – partidos fortes e um sistema de controles e equilíbrios em bom funcionamento, principal entre eles – cruciais à prestação de contas governamental e ao estado de direito.[51] Como Carlos de la Torre escreve, ademais, a pressuposição de que os líderes políticos representam a vontade autêntica do povo muitas vezes traduz-se na crença de que "aqueles que não aclamam o líder podiam ser silenciados ou reprimidos".[52] Essa tendência para com a impunidade governamental é evidente em qualquer exemplo de ocorrências: intimidação política e restrições da cobertura pela mídia na Venezuela; o apoio de Morales a grupos de protesto violentos e atos de "justiça comunitária"; a recusa de Correa em aceitar a verificação de hegemonia executiva no Equador; a flagrante fraude eleitoral de Ortega e as agressões contínuas contra a liberdade de imprensa na Nicarágua.[53] À medida que esses líderes pisoteiam os procedimentos democráticos a caminho de reforma radical, arriscam aprofundar a decadência política que herdaram.

Finalmente a combinação de rápida mudança política, as medidas quase autoritárias e a retórica maniqueista é volátil e frequentemente resulta em polarização interna cada vez maior. A violência pontuou os debates de reforma constitucional no Equador e Bolívia e as fendas geográficas e socio-econômicas pre-existentes aprofundaram-se em ambos os países.[54] A política venezuelana torna-se altamente volátil, à medida que o programa de Chavez desenrola-se e pode ser que a violência esteja aumentando.[55] A Argentina permanece relativamente estável, mas em Nicarágua, os entrechoques que seguiram as eleições fraudulentas de novembro de 2008 provocaram temores de que se as válvulas de escape para a mudança pacífica fossem cerradas, fomentaria a nova onda de derramamento de sangue político. "Se os arranjos institucionais presentes provarem ser – como parece ser o caso – impérvios à mudança", adverte Kevin Casas-Zamora da Instituição *Brookings*, "é bem possível que as disputas políticas futuras serão solucionadas nas ruas ou montanhas".[56] Os líderes populistas prometem um atalho ao desenvolvimento, democracia com significado e justiça social. Contudo, na maioria das vezes, seus dilemas simplesmente complicam os problemas latinoamericanos arraigados, um resultado de mau augúrio para a estabilidade a longo prazo ou para os interesses norteamericanos na região.

Em certos aspectos, as ramificações diplomáticas do populismo latinoamericano são

também inquietantes. Retoricamente, a diplomacia populista invariavelmente coloca em destaque antiamericanismo virulento. Isso reflete disputas específicas, pessoais, referentes à diretrizes (Os EUA providenciaram apoio tácito a um golpe fracassado contra Chávez em 2002, por exemplo e, as autoridades norteamericanas foram francamente hostis para com Ortega e Morales durante suas campanhas presidenciais) mas também é o coeficiente natural ao programa doméstico populista. Esses governos, escreve um analista, tomam parte "em projetar a luta de classe entre os ricos e os pobres ao palco das relações internacionais".[57] Da mesma forma que condenam as iniquidades do sistema capitalista em seu país, também rangem os dentes contra os patrocinadores principais do mesmo no estrangeiro. Morales chamou o Presidente George W. Bush de "terrorista" e regularmente "descobre" complôs liderados pelos EUA contra seu regime.[58] Chávez adverte que uma invasão norteamericana é iminente e em 2006 referiu-se a Bush como "o demônio".[59] (A reação de Correa: "Chamar Bush de demônio ofende o demônio").[60] A verbosidade de Ortega não é menos estridente. Condena os EUA de "imperialistas globais".[61] Tal retórica dirige-se principalmente ao consumo doméstico, mas, de qualquer modo, perpetua a velha ladainha de culpar os problemas da América Latina na malevolência norteamericana, exercendo assim um efeito negativo no clima geral das relações hemisféricas.

Em alguns casos, essa retórica também indica as diretrizes projetadas para complicar a postura estratégica norteamericana na região. Vários líderes populistas buscaram forjar vínculos com potências extra-hemisféricas para combater a influência norteamericana. Ortega, recentemente redigiu uma proposta para que Irã financiasse um porto marítimo de *US* $350 milhões e nova usina hidrelétrica. Também comprou armas de, e aumentou a cooperação militar com, a Rússia e deu a Moscou forte apoio diplomático durante a guerra com a Georgia em 2008.[62] Correa anunciou planos para a compra de armas do Irã e fortaleceu a cooperação em energia com Teerã.[63] Morales claramente promove seus arranjos com *Gazprom* (a companhia de energia russa) e parceria econômica cada vez maior com o Irã como medida defensiva contra a potência financeira e diplomática norteamericana. Atualmente explora maiores colaborações militares com Moscou. Anuncia aos quatro ventos a oposição à influência norteamericana na América Latina, dizendo que a Bolívia deve forjar um "eixo do bem" para derrotar Washington e seu "eixo do mal".[64]

Chávez é ainda mais enérgico nesse sentido, assiduamente cortejando participantes extra-hemisféricos, como possíveis aliados. Comprou equipamento estratégico de comunicações da China e jura colocar o petróleo "à disposição da grande pátria chinesa".[65] Chávez hospedou bombardeiros estratégicos e navios de guerra russos em 2008; utilizou as rendas de petróleo para comprar grande número de tanques, aviões, sistemas antiaéreos e outras armas russas; e proclama a "parceria estratégica" com Moscou. "A Rússia é um aliado da Venezuela", declarou recentemente. "A Rússia está conosco."[66]

No caso de Chávez, essas medidas fazem parte do que o Diretor da Agência de Inteligência de Defesa *[Defense Intelligence Agency – DIA],* Michael Maples, identificou como uma campanha mais ampla para expandir o poder Venezuelano, solapar os regimes favoráveis aos EUA e assim, "neutralizar a influência norte-americana em todo o hemisfério".[67] Para esse propósito, Chávez forneceu apoio financeiro e moral a candidatos populistas no México, Peru, Nicarágua, Bolívia e Argentina, encaminhou armas e assistência monetária às Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia *[Fuerzas Armadas Revolucionárias de Colombia-FARC]* e continuamente provoca os governos pró-EUA no México e Colômbia. Os fundos da riqueza petrolífera venezuelana financiam o *PetroCaribe,* iniciativa de assistência projetada para forjar alianças com países da região que possuem pouco petróleo. Também paga para a compra estratégica de títulos de alto risco *[junk bonds]* da Argentina, bem como assistência militar, econômica e tecnológica generosa para os governos da Nicarágua, Equador, Bolívia e outros. Chávez lançou a *Alternativa Bolivariana para las Américas [*em 24

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

de junho de 2009 rebatizada *Alianza Bolivariana para los Pueblos de Nuestra América]* em reação às propostas norte-americanas para uma Zona Franca das Américas. Desde então alega que essa organização deve-se transformar em aliança militar contra os Estados Unidos. Mesmo vendendo seu petróleo a Washington, utiliza esse lucro para cortejar uma coalizão anti-EUA. A Venezuela possui "o trunfo do petróleo, bastante poderoso, para jogar no palco geo-político", assim diz. "É um trunfo e com ele vamos jogar duro".[68]

Como mencionado abaixo, nem a eficácia da petro-diplomacia venezuelana, nem a coesividade dessas parcerias devem ser exageradas. Mesmo assim, é claro que elementos da diplomacia populista são fontes de instabilidade na região e obstáculo para cooperação de segurança mais eficaz com os EUA. Os três populistas andinos limitaram a cooperação de combate a narcóticos com os Estados Unidos: a Bolívia, ao botar na rua a *Drug Enforcement Agency-DEA,* permitindo grande aumento no cultivo da coca; Correa, ao cancelar o contrato da base aérea arrendada, de alto valor estratégico e Chavez ao recusar-se a trabalhar com as agências de combate a narcóticos norteamericanas, tolerando, assim, a participação direta do governo em narcotráfico.[69] A escalada de armamentos na Venezuela, ameaça inflamar a tensão na região andina, como também seu apoio vai-e-vem das *FARC.* Do mesmo modo, a retórica ultra-nacionalista de Correa, às vezes impede a colaboração de segurança de fronteira bilateral com a Colômbia e a diplomacia antagonista de Ortega, resultou em rixas fúteis com Bogotá.[70] Finalmente, dada a prova cada vez maior de que o *Hezbollah* vem explorando as relações Teerã-Caracas para estabelecer uma presença na Venezuela, há motivos para se preocupar de que as ofertas iniciais populistas para com o Irã possam criar uma brecha para permitir o traslado de grupos terroristas à América Latina. "Uma das inquietudes principais", diz o Secretário de Estado Assistente Norte-Americano, Thomas Shannon, "é o que o Irã está fazendo em outras partes do hemisfério e o que faria se nos encontrarmos em situação de confronto com esse país."[71]

Qual a Importância da Ameaça? Fatores Atenuantes

O resultado desses fatores é que as descrições do renascimento populista normalmente tendem à hipérbole. Michael Radu do *Foreign Policy Research Institute* adverte que "o mapa político e estratégico da região deteriora dramaticamente".[72] Kim Phelps, vice-presidente da *Heritage Foundation,* descreve as diretrizes populistas estrangeiras como "*o vale-tudo* para combater a Doutrina de Monroe" e nota que "alguns dos piores inimigos dos Estados Unidos estão se aproveitando disso".[73] O Secretário de Defesa, Donald Rumsfeld, em 2006, vagamente comparou Chávez a Adolf Hitler e descreveu a Venezuela e a Bolívia como o "Eixo do Mal da América Latina".[74]

A inquietude acerca do impacto estratégico do populismo não é infundada. Como indicado acima, esse renascimento complica os prospectos para um desenvolvimento sustentável, estabilidade democrática e cooperação de segurança eficaz com os Estados Unidos. Mesmo assim, há diversos motivos para crer que a situação não seja assim tão alarmante como certos comentários acima tendem a indicar.

Com respeito a Chávez, cuja política exterior é mais abertamente hostil para com os Estados Unidos, é claro que suas ambições abarcam mais do que sua capacidade. Ao cultivar a amizade da Rússia e da China permitiu que comprasse armas caras e fomentasse novas relações políticas, mas nem Beijing, nem Moscou formam o contrabalanço entusiástico de verdade para a potência norte-americana como deseja o Presidente da Venezuela. Apesar de demandas cada vez maiores para recursos, o governo chinês mantém-se impassível à ideia de vir a ser um dos consumidores principais do petróleo venezuelano, devido à imensa logística e obstáculos tecnológicos e porque está ciente de que uma associação muito chegada à Caracas, desnecessariamente, arrisca complicar sua relação com os Estados Unidos.[75] Os líderes russos também demonstram certo grau de prudência para com Chávez. As administrações de Putin e Medvedev gostam de vender suas armas e usar as relações com países como a Venezuela e Cuba, a fim de pu-

xar a orelha de Washington, pois posicionam Moscou em "região estrangeira próxima". Contudo, até agora, é óbvio que Medvedev visivelmente resiste em reciprocar a insígnia de "aliado estratégico" proposta por Chávez.[76] Apesar de vários fatores que impulsionam a cooperação russo-venezuelana, a evolução dessa relação a longo prazo provavelmente terá muito a ver com fatores como as relações russo-americanas, o panorama geopolítico mais amplo e a diversificação natural de relações diplomáticas, econômicas e de segurança latinoamericanas, que estão muito além do controle de Chávez.

Dentro da América Latina, suas tentativas em fazer com que os aliados alcancem o poder não foram particularmente bem sucedidas. Duvida-se, por exemplo, que o apoio de Ortega, tão publicado em 2006, teve muito a ver com o triunfo daquele candidato. O consenso é de que o resultado foi mais a consequência da manipulação das regras eleitorais por Ortega, a morte inesperada de um candidato rival, a falha de partidos conservadores em unificar-se ao redor de uma só figura e o ricochê nacionalista produzido por comentários anti-Ortega inoportunos feitos por autoridades norte-americanas. Em outras ocasiões, suas intervenções eleitorais terminaram prejudicando aqueles aliados a quem pretendia auxiliar. Os eleitores peruanos reagiram muito mal ao fato de que Chávez chamou Alan Garcia de "ladrão" durante a campanha de 2006 e a associação de Ollanta Humala com o líder venezuelano parece que lhe custou o apoio dos eleitores que votaram por último, fazendo com que a eleição desse uma reviravolta. O mesmo tipo de dinâmica esteve presente no México em 2006, quando Andrés Manuel López Obrador não conseguiu descartar a suspeita de que não era mais do que o simples representante de Chávez. Em geral, a retórica estridente de Chávez e sua diplomacia hiper-agressiva supostamente custaram o apoio do público latinoamericano. A partir de 2006, sua proporção de aceite na região não era maior do que a de George W. Bush.[77]

O apoio às *FARC* produziu pouco. A solidariedade venezuelana não evitou que o governo de Álvaro Uribe desfechasse uma série de golpes às guerrilhas durante os últimos anos. Quando prova contundente do elo *Chávez-FARC* veio à tona no início de 2008, causou considerável constrangimento. O resultado principal da insurgência colombiana não foi solapar Uribe, mas sim complicar a posição estratégica da Venezuela, assegurando uma forte presença norte-americana no flanco ocidental de Chávez. Parece que esses fatores forçaram Chávez a reconsiderar as diretrizes para com as guerrilhas. Em meados de 2008, publicamente declarou que as *FARC* deveriam abandonar a luta armada e negociar um fim à guerra civil na Colômbia.[78]

Sua petro-diplomacia, de alto perfil, também resultou no mesmo tipo de frustrações e sucessos. Sua *largesse* não foi suficiente para obter um lugar no Conselho de Segurança das Nações Unidas em 2006. Enquanto os recipientes de sua assistência em geral apoiassem sua solicitação, a maioria dos governos latinoamericanos preferiram que a região contasse com representante não diametricamente oposto.[79] Em outros casos, até mesmo os países que se beneficiaram de sua generosidade, refrearam-se completamente em reorientar sua diplomacia para seguir linhas *chavistas*. Como nota um estudioso, o Caribe e as nações centro-americanas empobrecidas que formam um de seus seguidores diplomáticos principais ofereceram votos de amizade e às vezes, benefícios políticos e comerciais em câmbio de petróleo venezuelano mas, também mantiveram independência diplomática e, em certos casos, continuaram a manter fortes vínculos com os Estados Unidos. "Os países aceitam a assistência venezuelana com muito gosto, apoiam suas causas sempre que pragmático e, até mesmo, adotam alguns elementos da agenda *ALBA*", escreve ele. "Mas, tudo isso *somente* quando reflete o interesse do país em questão.[80] Em suma, a diplomacia de Chávez – quase que por completo dependente no dúbio prospecto do preço de petróleo, perpetuamente alto – não resultou em bloco antiamericano coesivo como havia previsto.

De certo modo surpreendente, isso é verdade, até mesmo no que diz respeito aos negócios de Chávez com outros líderes populistas. Embora exista forte solidariedade retórica

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

entre esses governos, a diplomacia populista não é tão unificada ou harmoniosa como às vezes retratada. Morales talvez seja o que mais apoia Chávez na América Latina, mas também demonstrou irritação, quando o presidente venezuelano apoiou um candidato chileno para Secretário-Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), pouco após anunciar seu "desejo de algum dia nadar no profundo mar boliviano".[81] Chávez solapou ainda mais suas relações com a Bolívia ao ameaçar intervenção militar em meio ao crescente tumulto interno que acompanhou a reforma constitucional. Logo após, asseverou que o comandante-em-chefe das forças armadas bolivianas, que havia condenado tal declaração descuidada, era nada mais que um fantoche da direita doméstica e dos Estados Unidos.[82] As rixas também surgiram em suas relações com Correa. O presidente equadoriano mostra-se marcadamente indiferente para com a *ALBA* (um ministro do governo descreve-o como contrário a "diretriz de paz" do Equador) e Correa descartou por completo a tentativa de Chávez de caracterizar as *FARC* de "força beligerante" legítima na Colômbia, e não grupo terrorista.[83]

Como indicam os incidentes acima, a diplomacia populista é de certo modo matizada. Essa característica é também evidente em relações populistas com os Estados Unidos. Enquanto Chávez e até certo ponto Morales demonstraram hostilidade marcante (tanto em retórica como em diretrizes) a Washington, outros líderes adotaram uma estratégia mais variegada. Correa, Ortega e os Kirchners, todos eles reconhecem o valor da retórica anti-americana e a atração da cooperação com Chávez. Também tornaram perfeitamente clara sua preferência em papel menos hegemônico para com os EUA na América Latina. Ao mesmo tempo, esses líderes compreendem que a cooperação seletiva com Washington na verdade acarreta certos benefícios. Assim buscam alcançar o equilíbrio entre esse imperativo e as manifestações mais estridentes da diplomacia populista.

Essa ambivalência certamente está presente na Argentina. Tanto Néstor como Cristina Kirchner abraçaram Chávez em público e se desfazem em buscar confrontos verbais com os Estados Unidos. Contudo, é evidente que suas ações não ocorrem devido a profunda antipatia de Venezuela e Bolívia, mas porque a generosidade de Chávez é essencial para rolar a dívida soberana argentina.[84] Em assuntos de grande importância aos Estados Unidos, na verdade, a cooperação da Argentina tem sido muito boa durante os anos dos Kirchners. Fortaleceram as tentativas bi e multilaterais para impedir atividades terroristas e o contrabando na região da tríplice fronteira entre o Brasil o Paraguai e a Argentina. Também participaram em missão contínua de estabilização da ONU em Haiti, bem como em programas anti-terroristas como a Iniciativa de Segurança de Conteineres *[Container Security Initiative]*. De fato, o Assistente do Secretário de Estado, Thomas Shannon exagerou só um pouquinho quando descreveu as relações EUA-Argentina como "fantásticas". Como nota um observador, os peronistas "fazem o jogo de duas caras", alinhando-se a Chávez publicamente enquanto tacitamente "cooperam com tudo que Washington cre ser importante".[85]

Ortega também faz o mesmo tipo de jogo. Seu oportunismo implacável e instinto de auto-preservação levaram a que tomasse ações não lá muito confortáveis para Washington: buscando a assistência da Venezuela, Rússia, Cuba e Líbia; vigorosamente condenando as diretrizes norte-americanas e recusando-se a cumprir com a destruição de mísseis superfície-ar da era de oitenta; e, restringindo a democracia cada vez mais. Ainda assim, esses mesmos atributos também fizeram com que Ortega mantivesse certos vínculos de mútuo benefício com os EUA. Ortega concorda que o comércio e investimentos são cruciais à economia. Assim, permanece fiel aos termos da *[Central American Free Trade Agreement-CAFTA]* ao mesmo tempo que denuncia o capitalismo e aceita a assistência venezuelana. Os contatos militar-militar também continuam, com os oficiais nicaraguenses recebendo treinamento nos Estados Unidos.[86]

Ortega, que enfrenta um problema cada vez maior de quadrilhas e violência relacionado ao narcotráfico não seguiu Morales e Chávez em permitir que o anti-americanismo

permeasse as iniciativas de oposição ao narcotráfico. As autoridades norteamericanas declararam que os programas de combate ao narcotráfico em Nicarágua foram "muito bem sucedidos" e que a quantidade de narcóticos e equipamento confiscados, bem como aprisionamentos "aumentaram de forma dramática" durante o primeiro ano de Ortega no poder.[87] Em consequência, espera-se que seu governo desempenhe papel integral na Iniciativa de Mérida, o projeto de combate ao narcotráfico financiado pelos EUA, lançado em 2008. Deve-se esperar para ver se Ortega oscilará mais em direção a Chávez, à medida que seu regime cada vez mais autoritário põe um fim à assistência ao desenvolvimento norteamericano e europeu. Entretanto, até agora, pelo menos na superfície a diplomacia nicaraguense é algo com que Washington pode conviver.[88]

Correa também buscou obter o benefício de política exterior marcadamente nacionalista, sem sacrificar a diplomacia mais responsável. Pode ser que as diretrizes de Correa sejam exasperantemente obstrutivas e estridentes (ver sua condena quase histérica do Plano Colômbia e contínua exploração da reação nacionalista provocada pela *batida* da Colômbia no Equador no dia 1º de março, 2008[89]), mas também podem ser tacitamente apropriadas aos interesses norteamericanos e às exigências de estabilidade regional. Mesmo se Correa usasse o incidente de março de 2008 para agitar o sentimento ultra-nacionalista equadoriano, sondou Washington e Bogotá acerca de meios para melhorar a segurança da região. Correa destacou mais tropas à área para limitar a presença das *FARC* e reduzir o narcotráfico. Apesar de sua decisão em não renovar o contrato da Base Aérea Eloy Álfaro, as autoridades americanas, em sua maioria, concedem que, em geral, a cooperação em questões de narcotráfico continua boa.[90]

O governo de Correa, até agora, destruiu maior número de acampamentos das *FARC* do que o predecessor, embora as autoridades do Ministério do Interior aparentemente reuniram-se com os líderes guerrilheiros várias vezes em 2008-08. A persistência das *FARC* na região da fronteira parece refletir os pontos fracos costumeiros da nação equadoriana e falta de cumplicidade ativa da parte de Correa.[91] Também demonstrou o lado pragmático de sua diplomacia ao se recusar a seguir Chávez e Morales e expulsar os embaixadores norte-americanos no final de 2008, tornando claro que coloca alto valor em manter a situação de beneficiário do programa *Andean Trade Preferences.*[92]

No Equador como na Argentina e Nicarágua, as inferências negativas de regime populista são, até certo ponto, equilibradas pelas oportunidades contínuas de engajamento positivo com os EUA. Sob esse ponto de vista, as consequências do renascimento populista talvez não sejam tão ameaçantes aos Estados Unidos, como às vezes se supõe – um tema ainda mais destacado pela análise do segundo movimento essencial na política contemporânea latinoamericana.

As Possíveis Trajetórias e a Emergência do Centro

Ultimamente, o renascimento populista, ao dominar o comentário internacional acerca da América Latina, obscurece outra tendência importante em política regional: o surgimento do centro. Antigamente, a centro-esquerda e os partidos radicais adotaram uma forma moderada de democracia social. Combinam agora a ênfase tradicional em justiça social à responsabilidade de diretrizes macroeconômicas, respeito pelas ações democráticos e aversão à praticas e retórica polarizadas. Na centro-direita, os governos do México e Colômbia mantiveram diretrizes benéficas ao mercado, ao mesmo tempo buscando aumentar as oportunidades e proteções para os necessitados e dirigindo-se aos pontos fracos estatais de longo tempo, bem como à falhas administrativas.

Esses governos convergem ao que Javier Santiso denomina de "trajetórias possibilistas".[93] Encaram a presente crise na América Latina, mesclando diretrizes econômicas tradicionalmente da direita à diretrizes sociais tradicionalmente da esquerda, destacando administração eficaz e não política de reivindicações, cultivando relações produtivas e

mutualmente benéficas com os Estados Unidos. Tanto em diretrizes domésticas como estrangeiras, esses regimes centristas compensam, de forma natural, aspectos mais problemáticos do renascimento populista.

A Democracia Social e a Esquerda Pós-Radical

A emergência da democracia social na região é mais notável no Brasil, Chile e Uruguai, onde os partidos esquerdistas que provêm de linhagem distintamente radical ficaram muito moderados desde 1980. A hora oportuna e a abrangência dessa conversão difere em cada país, mas o Partido dos Trabalhadores (PT) no Brasil,[94] a *Concertación* no Chile e o *Frente Amplio (FA)* no Uruguai movimentaram-se em direção ao centro, devido a várias ocorrências importantes: a conscientização de que a democracia oferece salvaguardas contra o ressurgimento de enormes abusos de direitos humanos, como durante as ditaduras militares da Guerra Fria; o entendimento de que o radicalismo político e as divergências foram o que levaram ao poder essas ditaduras em primeiro lugar; as restrições de sistemas eleitorais de duas rodadas, que incentivam amplas coalisões e possuem um apelo a todas as classes; as restrições impostas pelas transações sob convênio do regime militar; o relativo sucesso de diretrizes neo-liberais em limitar a inflação e restaurar certa medida de estabilidade macroeconômica; e a relativa falha de diretrizes neo-liberais em proteger os pobres ou distribuir os lucros por toda a sociedade.[95] Consequentemente, enquanto esses partidos continuam dedicados à igualdade econômica e justiça social, tornaram-se menos dogmáticos em perseguir esses objetivos. Concedem, como a Presidente do Chile, Michelle Bachelet observou, que "ainda somos deficientes na entrega de resultados . . . para satisfazer as necessidades do povo", mas também cita o aforisma de Ricardo Lagos, o predecessor de Bachelet: "O mercado é essencial ao progresso e a democracia é essencial à administração governamental".[96]

As diretrizes de governos socio-democráticos no Brasil, Chile e Uruguai diferem em particulares mas giram em torno de três temas comuns. O primeiro é a consolidação de reformas do mercado. Sob a *Concertación* o Chile mantinha disciplina fiscal estrita, enquanto estimulava o crescimento via pactos bi e multilaterais, reduções em tarifas unilaterais e a busca agressiva de investimento doméstico e estrangeiro.[97] Da mesma forma no Brasil, onde o Presidente Luiz Inácio Lula da Silva aprofundou as reformas econômicas, reformulando os sistemas de segurança social e de impostos, facilitanto o caos das regulamentações no país, permitindo maior investimento particular em projetos de desenvolvimento público e mantendo controle orçamentário.[98] O Presidente do Uruguai, Tabaré Vázquez, assinou um acordo de proteção de investimentos e comércio com Washington, limitou gastos governamentais, respeitou as privatizações e os atos que removeram as restrições regulamentares dos anos noventa, repagando a dívida ao FMI por completo.[99] Atualmente, a palavra "neoliberalismo" definitivamente possui uma conotação pejorativa na América Latina, mas a diretriz macroeconômica em cada um desses países permanece eficazmente neoliberal em orientação.

Em segundo lugar, os governos socio-democráticos usam despesas públicas pré-determinadas para contrabalançar os efeitos assimétricos dessas diretrizes, evitando as consequências macroeconômicas perniciosas associadas ao neoliberalismo. De um modo geral, esses programas não duplicam o modelo populista. Sim, enfocam-se em satisfazer as necessidades imediatas dos extremamente pobres, colocam ênfase em capacitadores de mobilidade social a longo prazo e não em transferências de recursos clientelísticos, altamente politizados. De acordo com o plano *Chile Solidário,* as famílias pobres recebem assistência médica subsidiada e estipendos que diminuem, gradativamente, em um período de 2 anos, durante o qual também recebem treinamento vocacional, assistência escolar e terapia psico-social. O objetivo é atacar a pobreza "como problema multidimensional que se relaciona, não só à falta de renda, mas tam-

bém à falta de capital humano e social".[100] Lula duplicou essa mesma metodologia básica com projetos de micro-empréstimos e através do programa "Salário Família".[101] Em geral, o grande programa anti-pobreza de Vázquez segue as mesmas linhas.[102]

Em terceiro lugar, enquanto esses governos copiam os populistas, tentando melhorar a qualidade da democracia para os pobres e a classe média, também destacam a aderência à normas e procedimentos democráticos pré-estabelecidos. Respeitam-se as liberdades cívicas e direitos políticos e os partidos opostos operam sem empecilhos. Os mandados presidenciais permanecem intactos (Lagos na verdade fez campanha para mandado presidencial mais curto no Chile) e embora escândalo enorme de corrupção fez com que surgissem dúvidas a respeito das credenciais democráticas de Lula, os controles e equilíbrios administrativos e o estado de direito permanecem bastante fortes em todos os três países.[103] Dentro dessa estrutura, os governos sócio-democráticos colocaram em efeito medidas destinadas a permitir aos cidadãos maior acesso ao sistema político: reformas do código trabalhista no Chile, experimentos em "orçamentos participatórios" no Brasil e a criação de foros de gerenciamento governamental trabalhista no Uruguai.[104] Em geral, escreve um estudioso, esses governos sócio-democráticos possuem o objetivo de formular "novo contrato social" que combina a estabilidade econômica, a redução da pobreza e a inclusão sócio-política, forjando, assim, um sistema atraente aos pobres, à classe média e também à elites comerciais.[105]

O sistema sócio-democrático está bem consolidado no Chile, que é o melhor exemplo de caso bem sucedido, sem exageros e adorno, durante os últimos 20 anos. As diretrizes da *Concertación* ajudaram o país a diversificar a economia, alcançar um aumento de cinco vezes mais em exportações e uma média de 5 por cento em crescimento entre 1987-2006, todo o tempo evitando alta inflação que com tanta frequência devasta as classes trabalhistas e médias na América Latina. Esse forte desempenho macroeconômico permitiu ao Chile reduzir a pobreza de 40 por cento na queda da ditadura de Pinochet a 14 por cento em 2006. Os projetos, como o *Chile Solidário* permitiram ao país o terceiro melhor Índice de Pobreza Humana em mundo em desenvolvimento.[106] A força da democracia chilena (calculada pela *Freedom House*) melhorou continuamente com a *Concertación* no poder. Durante os últimos anos, o país recebeu as notas mais altas da *FH*.[107] Os vinte anos no poder foram tão bem sucedidos que é improvável que uma administração conservadora vá alterar drasticamente o sistema sócio-democrático existente.

No Brasil e Uruguai, os resultados são promissores, embora mais tênues. A tendência ao centro alienou grupos como o MST e elementos radicais do FA que acusam que a moderação simplesmente está se vendendo. Tais acusações não são completamente infundadas. O lento progresso da reforma agrária no Brasil, bem como o embate contínuo entre as autoridades uruguaias que favorecem uma abordagem tecnocrática à diretriz econômica e aqueles que apoiam maiores concessões trabalhistas, indicam a inerente tensão entre a abordagem gradualista à reforma e demandas para rápida mudança.[108] A corrupção e a pobreza continuam a ser grandes problemas no Brasil, bem como as quadrilhas, extremamente violentas, que dominam muitos centros urbanos. Em sentido mais amplo, a reconciliação do orçamento com o gasto social, vinculado à responsabilidade fiscal é um problema. Ambos os países (juntamente com o resto do mundo) encaram grandes recessões econômicas resultantes da recessão mundial.[109]

Mesmo assim, a trajetória geral das ocorrências no Brasil e Uruguai são positivas. A expansão das reformas do mercado asseguraram a esses países a existência de sólidos índices macroeconômicos: Índice PIB mais baixo e taxas de risco, maior investimento e comércio estrangeiro, e inflação historicamente baixa.[110] O crescimento no Uruguai vem sendo entre 6 e 10 por cento mais alto do que durante a última década e o desemprego alcançou o índice mais baixo desde 1993.[111] As altas taxas de juro limitaram o crescimento (e especialmente a inflação) no Brasil, mas o

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

crescimento que ocorreu reduziu o índice da pobreza a 28 por cento, permitindo à maioria de brasileiros passar à classe média.[112] Os programas sociais são altamente elogiados pelos observadores internacionais, porque não são políticos por natureza, promovem o desenvolvimento integral e a eficácia em relação ao Índice de Pobreza Humana.[113] Na esfera política, a democracia uruguaia está mais forte do que nunca. Os mecanismos de participação em tomada de decisões abriram, de certo modo, maior espaço para o insumo popular. Apesar de lapsos notáveis sob Lula, as notas da *Freedom House* para o Brasil melhoraram desde 2002. O projeto de orçamentos participativos é a possível solução política ao *clientelismo* rábido que por muito tempo infesta a entrega de serviços públicos.[114] Embora o sistema sócio-democrático não seja, nem de longe, uma panacéia, é possível que sua consolidação seja benéfica à estabilidade interna, à administração democrática e ao desenvolvimento sustentável na América Latina. Pode ser que esse programa "não pareça uma utópia" comparado às promessas dos populistas, escreve Francisco Panizza, "mas seu alcance radicalmente transformará para melhor a vida de milhões de pessoas na América Latina".[115]

A Diplomacia Social Democrática

A democracia social também leva à relações responsáveis e produtivas com os Estados Unidos. É claro que os presidentes da centro-esquerda no Brasil, Chile e Uruguai mantiveram relações publicamente cordiais com Chávez e outros líderes populistas. Seus vínculos com os Estados Unidos não foram prejudicados pela desarmonia. As disputas sobre a guerra do Iraque, a *Free Trade Area of the Americas*, o estabelecimento de detentos na Baia de Guantanamo, as diretrizes agrícolas norte-americanas e o apoio tácito de Washington ao fracassado golpe contra Chávez em 2002, intrometeram-se várias vezes nas negociações norteamericanas com alguns ou todos esses governos.

Contudo, em geral, o pragmatismo que esses governos demonstram domesticamente também está presente em sua agenda estrangeira. Esses líderes resistiram a tentação de colocar em destaque o anti-americanismo ou nacionalismo exagerado em suas diplomacias. Pelo contrário, distanciaram-se dos elementos mais radicais com diretrizes estrangeiras populistas e enfocaram-se em identificar áreas de convergência em relações com Washington.

No Uruguai, Vázquez virou notícia no início da presidência ao normalizar as relações com Cuba, mas subsequentemente pendeu em direção a Washington e não em direção à Caracas ou Havana. Vázquez permanece indiferente às grandes iniciativas diplomáticas e econômicas de Chávez e franziu alguns cenhos quando deixou de comparecer à inauguração de Morales. Consciente da necessidade de diminuir a dependência comercial costumeira no Brasil e Argentina, Vázquez fortaleceu muito o comércio e vínculos de investimentos com os Estados Unidos. O Uruguai é parceiro confiável em iniciativas de combate ao terrorismo e ao crime organizado e seu presidente, até mesmo, estabeleceu uma relação pública calorosa com o ex-Presidente Bush. Por exemplo, em 2007, Vázquez publicamente deu as boasvindas ao presidente norte-americano em Montevideo, ao mesmo tempo que Chávez liderava protesto anti-Bush do outro lado do Rio de la Plata, na Argentina. O ex-embaixador dos EUA no Uruguai, Christopher Dodd de forma concisa sumarizou a diplomacia de Váquez: "Ele certamente não está com Castro ou Chávez".[116]

Também existe ampla simetria de interesses entre os Estados Unidos e a *Concertación*. Desde o início dos anos noventa, aquele Partido concentrava-se em objetivos diplomáticos, consolidando a democracia e protegendo os direitos humanos na América Latina, pressionando para maior abertura econômica na região, apoiando as tentativas para melhorar a estabilidade regional e atenuar disputas interamericanas, que em geral seguem as diretrizes norteamericanas.[117] Sob Lagos, o Chile apoiou a posição norte-americana acerca de violações de direitos humanos em Cuba, contribuiu centenas de tropas à missão estabilizadora da

ONU no Haiti em 2004 e concluiu um acordo de mercado-livre (*FTA*) com os Estados Unidos.[118] Tanto sob Lagos como Bachelet, os governos chilenos, tacitamente, agiram para limitar a influência de Chávez. Embora, em público, Bachelet seja sempre muito cortês em suas negociações com Caracas (ao contrário de Lagos, que menosprezou Chávez, dizendo que era um "presidente com um livro de cheques", ela, assim mesmo, deixou de apoiar a Venezuela em sua tentativa em obter uma posição no Conselho de Segurança da ONU. Reuniu-se com membros da oposição venezuelana durante uma visita aquele país em 2007.[119] Seu governo calma mas marcadamente estava oposto à interferência da Venezuela na crise da Bolívia em 2007. Bachelet optou em colocar uma disputa de fronteira com o Peru e o eterno conflito acerca de acesso ao mar com a Bolívia, via canais jurídicos competentes e não políticos, para evitar que Chávez interpusera-se diplomaticamente às negociações.[120]

Quando Lula foi eleito em 2002, certos observadores esperavam que seria poderoso aliado de Chávez. Como nota Moises Naim, Lula na verdade, seguiu diferente curso. Enquanto Chávez busca, principalmente, causar a erosão da influência norteamericana na América Latina, Lula está mais preocupado em fazer com que o Brasil venha a ser grande protagonista em âmbito internacional. Em muitos setores, como no mercado internacional e finanças, energia e questões ambientais e a reforma do Conselho de Segurança, Lula preocupa-se menos em solapar a ordem do dia e mais em expandir o interesse brasileiro dentro da mesma.[121] Essa estratégia, por vezes, levou a conflito com os Estados Unidos. Lula declara que os subsídios agrícolas norte-americanos são um empecilho a um regime comercial internacional mais equitativo. Sua defesa franca acerca de reconciliação com Cuba foi contra a diretriz norte-americana durante a administração Bush. As tentativas de Lula de entrar em parceria com a Rússia e a China através da cúpula BRIC também causou inquietude a respeito do equilíbrio de grandes potências contra Washington.[122]

Entretanto, em geral, o desejo de Lula de fazer com que o Brasil venha a ser um interessado internacional responsável, bem como as longas fronteiras que o país possui, dão a Brasília grande incentivo em preservar a estabilidade regional, impelem o Presidente em direção à diretriz estrangeira que, embora solidamente independente é bastante compatível com os interesses norte-americanos. Cultivou sólida relação de trabalho com o Presidente Bush e a cooperação brasileira em combate ao terrorismo, crime organizado e outras ameaças trans-nacionais na América do Sul, foram excelentes. Enviou o maior contingente de tropas para manter a paz no Haiti em 2004. Apesar de comentários recentes de que a "reconstituição" da Quarta Frota Norte-Americana *[U.S. Fourth Fleet]* apresenta uma ameaça ao Brasil, em realidade as autoridades brasileiras parecem reconhecer que compartem um interesse comum com os Estados Unidos em salvaguardar as linhas marítimas no Atlântico Sul.[123]

No que diz respeito à diplomacia interamericana, é aparente que Lula ve Chávez mais como rival perigoso do que como possível parceiro. Aparenta ser escrupulosamente cortês com Chávez em público, mas claramente ve os tratados comerciais exclusionistas do presidente venezuelano, nacionalismo errático e apoio a movimentos como as *FARC* como ameaças aos interesses brasileiros. Se esse for o caso, agiu sutilmente para verificar os aspectos mais desestabilizadores da diplomacia venezuelana. Assinou acordos de suprimento de bio-combustível com Honduras, Nicarágua, Panamá e outros países latinos, buscando ao mesmo tempo, aumentar o mercado de exportação brasileiro e fazer com que aqueles países dependam menos em importação de petróleo da Venezuela. Não se opõe publicamente aos planos grandiosos de Chávez de construir um oleoduto transcontinental, um "Banco do Sul", ou o ingresso da Venezuela ao Mercosul mas, em particular, tardou ou de uma forma ou de outra, solapou tais iniciativas.[124] Em geral, posiciona-se como a voz da esquerda moderada da América Latina, uma alternativa à visão populista difundida por Chávez. Os encarregados de diretrizes

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

brasileiras, diz um observador, "estão fazendo o possível para conter o Chávez".[125] No Brasil, como no Uruguai e Chile, a diplomacia social-democrática está em completa harmonia com os interesses norte-americanos.

A Centro-Direita: A Colômbia e o México

A tendência rumo à *trajetórias econômicas possibilistas* e a administração pública responsável não são peculiares a governos centro-esquerdistas. Encontram-se também em evidência as diretrizes administrativas da centro-direita em países como o México e a Colômbia. No que tem a ver com a diretriz socio-econômica, esse último grupo difere relativamente pouco dos governos centro-esquerdistas mencionados acima. Na Colômbia, Uribe continuou as diretrizes macroeconômicas normalmente salutares e assinou um *FTA* com os EUA, ao mesmo tempo levando a cabo projetos de desenvolvimento rural para incorporar agricultores e trabalhadores pobres à economia formal, reduzindo, assim, o cultivo ilegal da coca. Em cooperação com a *USAID*, o governo patrocinou a construção de infraestruturas econômicas em zonas rurais. Também implementou programas de assistência financeira e técnica que oferecem ferramentas, gado e outros animais domésticos, bem como subvenções aos agricultores que prometem abandonar o cultivo da coca.[126] A contínua defasagem em financiamento e insegurança, às vezes impedem a execução desses programas, mas ainda assim, representam o maior esforço conjunto, em décadas, para fomentar o desenvolvimento sustentável lícito na zona rural colombiana.[127]

Esses projetos de desenvolvimento fazem parte de uma tentativa mais ampla para satisfazer um estado democrático sólido que mantenha uma administração pública e estado de direito eficazes. Faz muito tempo que essa falta de capacidade era evidente em toda a região, mas talvez marcasse ainda maior presença na Colômbia. Com geomorfologia acidentada e violência política – o advento e atividades das *FARC,* limitavam o alcance do governo central, em si pateticamente débil. Ao governo colombiano faltavam dispositivos de arrecadação de impostos de renda. A falha em manter o monopólio do uso de força, causou grande insurgência e deu origem a grupos para-militares poderosos no final dos anos noventa e início desta última década. Ao final dos anos noventa, travava guerra em três frentes: com as *FARC*, com o governo e com os para-militares. Bogotá não exercia qualquer autoridade na maior parte do país (40 por cento) controlada pelas guerrilhas e as *FARC* ameaçavam cercar a capital, com a possibilidade de tomada de governo.[128]

Em reação à situação o governo de Uribe não lançou simplesmente contra-insurgência vigorosa contra as *FARC* e aliado, o Exército de Libertação Nacional (*ELN*). Também iniciou um projeto em massa para re-edificar a nação. O governo colombiano fortaleceu o sistema de arrecadação de impostos, famoso pela ineficiência, reassegurou a monopolia referente ao legítimo uso de força ao destacar 30.000 guerreiros para-militares, aumentando a presença da polícia e do governo em áreas que por muito tempo estavam além do controle de Bogotá. As forças armadas e a polícia agiram para reduzir e processar violações de direitos humanos, aumentaram o profissionalismo e ganharam a confiaça da população. Em áreas rurais, o governo introduziu dispositivos alternativos para solucionar disputas, permitindo aos cidadãos fazer uso de um sistema jurídico ainda imaduro. Como dois analistas de renome observam, os aspectos militares da contra-insurgência na Colômbia simplesmente fazem parte de uma "agenda mais ampla de desenvolvimento socio-econômico, renovação institucional e reforma."[129]

O correlativo dessa agenda foi uma aliança íntima com os Estados Unidos. Entre 2000 e 2008, os Estados Unidos providenciaram aproximadamente *US* $ 7 bilhões em segurança, desenvolvimento e outros tipos de assistência a Uribe e a seu predecessor, Andrés Pastrana.[130] Grande parte dessa assistência foi dedicada a objetivos de segurança tradicionais como aperfeiçoamento em compilação de dados secretos, aumentando o tamanho e capacidade das forças armadas. Contudo, gran-

des somas também foram devotadas a melhoria de profissionalismo e a prática de respeito aos direitos humanos pelos serviços de segurança, erigindo *casas de justícia,* implementando projetos de desenvolvimento rural e fortalecendo as instituições jurídicas.[131] As empresas privadas norteamericanas, autoridades civis e militares uniformizadas tomaram grande parte em combate à insurgência, narcotráfico, desenvolvimento e outros programas, a tal ponto que o conflito colombiano é as vezes denominado de "terceira guerra americana".[132] Essa relação é crucial ao combate à insurgência e à edificação da nação. Também deu aos Estados Unidos firme aliança estratégica em uma das regiões mais voláteis da América Latina. Essa parceria fez com que a Colômbia pudesse dar enormes passos durante a última década. As violações de direitos humanos diminuiram e a confiança para com o governo aumentou. Existe agora uma presença policial em todas as municipalidades (algo sem precedências em um país onde o governo central há tempos era definido pela sua impotência). As taxas de homicídio e sequestro cairam de forma dramática. Os programas de desenvolvimento e crescimento econômico estável fizeram com que mais de 2 milhões de pessoas escapassem a extrema pobreza. O governo é mais competente e talvez muito mais eficaz do que antes.[133]

Mesmo assim, várias tendências negativas perduram. A influência para-militar em política nacional é forte, ao ponto de causar preocupação e o governo ainda batalha para satisfazer as necessidades dos campesinos e mais de um milhão de refugiados nacionais. Durante a administração de Uribe, a democracia ficou mais firme, mas o estilo personalístico do presidente e sua aversão para com limites de mandados presidenciais preocupam um tanto, devido as recentes tendências na Venezuela, Bolívia e outras nações. Se essas dificuldades diversas não forem solucionadas, poderão, ao final, atuar contra a consolidação dos ganhos obtidos em anos recentes.[134]

Embora fáceis e na maioria negativas, em última palavra, as comparações entre o México e a Colômbia tornaram-se corriqueiras. Existem similaridades importantes entre os dois países no que se refere à administração pública. Desde que o Partido de Ação Nacional (*PAN*) rompeu os setenta anos de monopólio do Partido Revolucionário Institucional (*PRI*) em 2000, os Presidentes Vicente Fox e Felipe Calderón combinaram a liberalização progressiva da economia à iniciativas sociais não muito diferentes das encontradas no Brasil, Chile e Uruguai. A iniciativa *Oportunidades* (antigamente *Promesas*) foi modelada para os programas sulamericanos. Promove a "co-responsabilidade", providenciando assistência médica grátis e um salário mensal aos extremamente pobres, sob a condição de que enviem os filhos às escolas e compareçam às horas marcadas regulares nos consultórios médicos ou clínicas. Durante os últimos 9 anos, Fox e Calderón continuamente expandem *Oportunidades*, o que ajudou a reduzir a extrema pobreza, bem como a incidência de enfermidades e baixo peso de natalidade entre os pobres. O programa aumentou por incrementos ao ponto que serve aproximadamente um quinto da população e, de acordo com a presidente do *Center for Global Development*, Nancy Birdsall, "é o mais próximo que se pode chegar à mágica em desenvolvimento".[135]

Os governos de Fox e Calderón, como na Colômbia, esforçaram-se para aumentar a credibilidade, eficácia e capacidade institucional da nação. O *PRI* erigiu algumas instituições eficazes (i.e., o Instituto Eleitoral Federal) durante sua última década em poder, porém deixou um legado de disfunção jurídica, violações de direitos humanos, corrupção, uma relação íntima com os cartéis de narcóticos e grande cinicismo popular contra o governo. As administrações *PAN* subsequentes tomaram ações para corrigir essas deficiências. Em algumas áreas o progresso foi a passos lentos. Em outras, a reforma procedeu de forma mais acelerada. Em 2007, Calderón reformulou o ineficaz sistema de impostos que há muito havia forçado o governo a escoar os fundos da empresa de petróleo estatal, corroendo, a longo prazo a idoneidade de ambas as entidades. Calderón lançou, então, completa reforma do sistema jurídico, que estava tão desfalcado e corrupto que somente 1-2 por cento

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

dos delitos eram punidos.[136] Com maior visibilidade em 2005, o governo mexicano iniciou ofensiva contínua contra os cartéis de narcóticos que, auxiliados pelo sistema estabelecido de "narcocorrupção", cada vez mais desafiavam a autoridade do estado em certas áreas. Essa ofensiva acarreta o rápido destacamento de tropas e polícia a locais de intenso narcotráfico ao redor do país, bem como passos para purgar as forças policiais locais, estatais e nacionais de oficiais corruptos, algo sem precedentes, embora ainda inadequado.[137]

Esse programa vem acelerando a recente evolução da diplomacia mexicana. Nos anos noventa e início de 2000, as diretrizes estrangeiras mexicanas gradualmente afastaram-se de uma atitude tradicional de suspeita vis-à-vis os Estados Unidos, rumo a maior grau de engajamento de segurança e político com Washington. Calderón afirmou essa mudança. Além de desempenhar um papel regional construtivo, patrocinando projetos de desenvolvimento na América Central e concluindo "acordos de associação estratégicos" com países como o Chile, sua administração tomou a presente crise, fomentada pelos narcóticos no México, como oportunidade para forjar uma parceria estratégica com os Estados Unidos.[138] Nos finais de 2007, Calderón e Bush anunciaram a Iniciativa Mérida, um programa de combate a narcóticos que vai perdurar por muitos anos, dirigida ao México e à América Central. A iniciativa contém nível sem precedências de assistência norteamericana para combater o narcotráfico, para a segurança pública, edificação de instituições e reformas do judiciário no México. As autoridades daquele país dizem que o tema principal do programa é a "co-responsabilidade" e uma declaração conjunta EUA-México refere-se à Iniciativa Mérida como um "novo paradigma" em relações de segurança bilaterais.[139] Embora observadores acadêmicos professassem dúvidas acerca da eficácia da Iniciativa Mérida em estancar o fluxo de narcóticos aos Estados Unidos, ficou claro que a agenda de Calderón dá a Washington a oportunidade singular de fortalecer os laços com aquele vizinho sulino.[140]

Com tudo isso, o sucesso final das tentativas de Calderón ainda está para ser determinado. Os resultados positivos de seu programa até agora foram ofuscados pela guerra sangrenta contra o narcotráfico. Os cartéis rivais que há muito vêm se beneficiando da debilidade estatal, reagiram à investida de Calderón, lançando agressão violenta contra o governo. As execuções de oficiais da polícia, soldados e até mesmo altos oficiais governamentais são comuns e, o índice de mortes total, devido a violência relacionada a narcóticos alcançou quase 6.000 em 2008. Em certas áreas, os carteis são tão poderosos e as forças de ordem pública são tão impotentes ou corruptas que a autoridade do governo ameaça estinguir-se por completo. A ofensiva de Calderón também foi tolhida pela corrupção persistente entre a polícia e as próprias deficiências institucionais que tenta corrigir. Os destacamentos militares ajudaram a esmagar a violência em certas áreas, mas existe a preocupação de que o uso prolongado de militares em papel de policiamento doméstico poderá levar a aumento de abusos de direitos humanos e corrupção dentro daquela instituição. No México, como na Colômbia, o resultado de projeto ambicioso de edificação estatal continua sendo "um ver para crer".[141]

O que é certo é que os governos sócio-democratas e da centro-direita são contraste marcante com o renascimento populista. Esses governos são atentos à questões sociais, mas também prestam atenção aos imperativos de edificação estatal, sustentabilidade macroeconômica e o estado de direito. Possuem grandes conceitos de interesses nacionais, mas reconhecem os benefícios e a necessidade inevitável de cooperação com os Estados Unidos. Até onde essas *trajetórias possibilistas* possam ser consolidadas e fortalecidas, as consequências serão benéficas tanto para a América Latina como para os Estados Unidos.

As Inferências e Recomendações de Diretrizes

A situação atual da política latinoamericana oferece dificuldades e oportunidades para os Estados Unidos. As persistentes falhas administrativas e a falta de igualdade sócio-

econômica deram lugar ao renascimento populista com inferências inquietantes para a política regional. Os governos populistas na Argentina, Nicarágua, Venezuela, Bolívia e Equador fermentam a ira pública e prometem soluções "maximalistas" para problemas profundamente estabelecidos. Contudo, suas diretrizes são, em geral, insustentáveis, antitéticas, clientelísticas e corrosivas aos procedimentos e instituiçoes democráticos. Chávez e seu comparsa também difundiram sentimento anti-americano, a fim de cultivar as potências extra-hemisféricas para equilibrar o poder dos EUA e, em certos casos, seguiram diretrizes que militam contra a estabilidade regional e a coloboração diplomática eficaz com aquele país.

A severidade desse problema não deve ser minimizada, e a declaração anterior não pode ser exagerada. O alcance de Chávez excede seu controle na maioria das questões de diretrizes estrangeiras e, não importa o acima exposto, a diplomacia populista é mais variegada do que às vezes aparenta. Enquanto Correa, Ortega e os Kirchners tomaram passos que complicam os objetivos norte-americanos na América Latina, indicaram também que permanecem abertos à certas formas de cooperação com Washington. Sob essa perspectiva, as inferências diplomáticas do renascimento populista podem ser mais manejáveis do que às vezes se pensa.

Qualquer ajuste de contas com o renascimento populista também deve levar em consideração o panorama político total na região. Enquanto certos governos reagiram à crise atual, seguindo um sistema populista radical, outros preferiram uma metodologia muito mais construtiva. Os governos, tanto da centro-esquerda como da centro-direita mantiveram diretrizes econômicas liberais, operando, ao mesmo tempo, para expandir as oportunidades para os pobres, continuando a agir para fortalecer a democracia e corrigir as deficiências administrativas antigas. Perseguem os interesses nacionais de modo a colocar ênfase à necessidade de colaborar com os Estados Unidos. Não resta dúvida de que estão, se bem que silenciosamente, opostos à visão diplomática defendida por Chávez.

Em vista disso, os Estados Unidos devem seguir uma diretriz tripartite para manejar a turbulência política na região. Primeiro, a curto prazo, os Estados Unidos devem tomar medidas para atenuar o desacordo diplomático com o renascimento populista. Segundo, devem também aumentar o apoio aos governos centristas para promover diretrizes domésticas responsáveis e fortalecer a posição diplomática norteamericana na região. Terceiro, a longo prazo, devem ajudar os latino-americanos a encontrar soluções criativas, sustentáveis para a extrema pobreza, administração corrupta e anêmica, insegurança pública e outras questões que geram instabilidade e radicalismo.

Com respeito ao primeiro objetivo, é importante reconhecer que qualquer estratégia baseada em confronto com, ou hostilidade aberta, ou outras tentativas diretas para conter os governos populistas não têm a probabilidade de sucesso. Tal diretriz não seria em particular eficaz. Há relativamente pouco que os Estados Unidos podem fazer para alterar o curso de eventos na Venezuela, Equador, Bolívia, Argentina e Nicarágua, como demonstrou a reação bem negativa referente ao atentado de golpe contra Chávez em 2002. Ademais, qualquer tentativa de fazê-lo diplomaticamente vai resultar mal. Os líderes, como Lula, não gostam lá muito dos populistas, mas resistirão, e muito, a qualquer diretriz que tenha o efeito ou a intenção de causar divisões na região. "Definitivamente não queremos nova Guerra Fria nas Américas", disse Bachelet. Uma diretriz de repressão direta teria o resultado não só de isolar os populistas, mas também de isolar os Estados Unidos.[142]

A repressão seria contraproducente de vários modos. Os líderes que fazem jogadas em retórica anti-americana acolhem bem a hostilidade norteamericana. Dá substância às acusações e oferece um bode expiatório para encobrir suas deficiências. O apoio tácito norteamericano ao golpe de 2002 contra a Venezuela foi um presente que continua a produzir resultados para Chávez. Desde então usa a ocorrência para justificar toda sorte de medidas autoritárias.[143] Da mesma maneira, comentários hostis dirigidos contra ele, Mora-

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

les e Ortega produzem pouco efeito além de arrastar Washington a seu nível, permitindo que esses governos envolvam-se em emblemas anti-imperialistas. Finalmente, até o ponto em que Washington declarar sua oposição à certa categoria de governo, arrisca fazer com que se unam, incentivando assim, uma coalisão anti-EUA coesiva, promovendo exatamente os resultados que estamos tentando evitar. Isso não quer dizer que os Estados Unidos não devem agir em face à diretrizes destruidoras e às vezes hostis mas sim, sugere que a discrição é muitas vezes melhor quando se lida com líderes populistas.

De fato, a curto prazo, o melhor meio de lidar com o populismo latino americano seria através de engajamento seletivo e não em repressão direta. Embora certos observadores preveniram contra a formação de "alianças de conveniência" com líderes populistas, tal diretriz é a melhor entre opções inaceitáveis, a fim de cortar pela raiz a desavença diplomática e estratégica imediatas causadas pelo renascimento populista.[144] O simples fato é que Washington necessita da cooperação dos governos populistas para tratar de questões que vão de combate ao terrorismo e ao narcotráfico à estabilidade regional. A probalidade é pouca de que os Estados Unidos obterão ajuda de Chávez nesse sentido. Entretanto, até agora, Correa, Ortega e os Kirchners estiveram dispostos a preservar esse aspecto de suas relações com Washington. Até onde possível, deve manter essas parcerias e buscar outros meios de cooperação, mutualmente benéficos. As possibilidades incluem apoio ao Plano Equador (A iniciativa de Correa para fortalecer a segurança e o desenvolvimento na região fronteiriça), iniciativas de combate à quadrilhas na Nicarágua e medidas para conter o aumento de narcotráfico e violência relacionada a narcóticos na Argentina.[145] A maior colaboração com esses líderes não diminuirá a antipatia retórica para com os Estados Unidos, nem se dirigirá às consequências domésticas indesejáveis do domínio populista.

Também é importante que essa metodologia conte com a possibilidade de exacerbar as divisões entre os governos populistas latinoamericanos, reduzindo, assim, a eficácia da diplomacia anti-hegemônica de Chávez. Até onde os líderes como aqueles no Equador, Nicarágua, Argentina e talvez, até mesmo na Bolívia possam discernir o valor de relações contínuas com os Estados Unidos, terão menor probabilidade de unir-se ao presidente venezuelano em maior agressão para com os interesses norte-americanos. Já existem sinais de fricção a esse respeito. Chávez vem demonstrando frustração com a diplomacia ambígua de Correa e com as tentativas de Ortega em manter um pé em ambos os campos.[146] Da mesma forma, se os Estados Unidos puderem preservar as relações de trabalho com certos governos populistas, isolarão Chávez de forma eficaz sem pagar o custo diplomático associado à tentativa de repressão mais transparente.

Certamente, a conciliação não deve ser o único aspecto da diretriz norteamericana. Washington deve permanecer em silêncio se líderes populistas francamente pisoteiam as práticas democráticas, como sucedeu durante as eleições de 2008 na Nicarágua ou, se tomam parte em certo tipo de comportamento, como facilitar a presença do Hezballah na região ou patrocinar a insurgência para derrocar um aliado norteamericano – que seria seriamente injurioso à segurança ou objetivos diplomáticos norte-americanos. Em tais casos, não devem hesitar em defender os interesses, demonstrar seu descontento ou utilizar pressão diplomática para com o governo ofensor.

Se isso suceder, as autoridades norteamericanas devem prestar atenção a dois fatores. Primeiro, um rompimento total de relações não é desejável, simplesmente devido a natureza trans-nacional das muitas ameaças de segurança na região e a necessidade correspondente de máxima cooperação internacional em dirigir-se às mesmas.[147] Segundo, qualquer cenário onde encontrarem-se em confronto cara-a-cara com um líder populista é bem provável que resultará mal para Washington. Os líderes espertos como Chávez ou Morales, simplesmente tomarão a oportunidade para clamar que estão lutando contra o *Império.* Como Alexander Crowther declara: "Se o governo dos EUA entrar em discussão com Chávez, vai perder".[148] Da mesma forma, uma rea-

ção cuidadosamente calibrada e ampla coordenação multilateral, através de organizações como a OEA ou outros foros internacionais será essencial. Nesse sentido, a reação dos EUA à fraude eleitoral de 2008 na Nicarágua, foi apropriada. A administração Bush congelou a *Millennium Challenge Account* de Nicarágua e invocou a recontagem imparcial de votos. Contudo, agiu de acordo com a União Europeia e outros que providenciam assistência estrangeira, sem afetar outras iniciativas bi e multilaterais que diziam respeito aquele país.[149]

O apoio a governos centristas deve ser o segundo componente chave da diretriz norte-americana. Até onde os EUA possam aumentar os vínculos com administrações moderadas como o Brasil, México, Chile e outros, fortalecerá a posição diplomática na região e incentivará a consolidação de alternativas responsáveis ao populismo. Os Estados Unidos devem demonstrar que a democracia pode "cumprir com as promessas feitas" ao povo latinoamericano, disse Shannon em 2007. A maior parceria com regimes centristas ajudaria Washington a cumprir com a palavra.[150] Esse apoio deve ser substancial mas não exagerado. Até mesmo para líderes latinos que em essência são cordiais para com os Estados Unidos, uma relação muito íntima com Washington seria um risco político em certos estratos.

Até agora, as autoridades norteamericanas estão se dando bem nesse sentido. A administração de Bush concluiu *FTAs* com certo número de países latinos, inclusive o Chile, Colômbia e Panamá (outro país regido por governo centro-esquerda pragmático). Bush cultivou fortes relações pessoais com Lula e Vázquez e as autoridades norteamericanas deram firme apoio verbal a governo da esquerda moderada. Os Estados Unidos tomaram grande parte em combate à insurgência e à edificação estatal na Colômbia durante os últimos 10 anos e a Iniciativa de Mérida é um compromisso sem precedências à segurança e estabilidade do México.

Ao mesmo tempo, a percepção continua de que os Estados Unidos deixaram de cumprir com muitas promessas na região. O Congresso recusou-se em ratificar as *FTAs* com a Colômbia e o Panamá, constrangindo a liderança daqueles países. Lula, justificadamente, ficou frustrado porque as tarifas norteamericanas e os subsídios agrícolas fizeram com que o etanol brasileiro não conseguisse competir no mercado norteamericano. Outros países latinos apresentaram o mesmo tipo de reivindicações.[151] Com respeito ao México, houve grande demora em liberação de fundos e equipamento para a Iniciativa Mérida. "O plano Mérida foi por demais difundido", disse uma autoridade mexicana, "mas com pouquíssimo efeito para a magnitude dos problemas que enfrentamos".[152]

O Presidente Barack Obama e a maioria democrática do Congresso agiram com indiferença para com certas iniciativas latinoamericanas tomadas pela administração Bush (em particular, a *FTA* da Colômbia).[153] Mesmo assim, fariam bem em dirigir-se rapidamente à essas questões pendentes. A rejeição das *FTAs* com a Colômbia e o Panamá levantariam sérias dúvidas, referentes ao valor da cooperação com os Estados Unidos e seriam severos reveses políticos para Uribe e para o presidente panamenho, Martín Torrijos. Esse resultado seria em particular, danoso em um momento em que esses países necessitam, e muito, de mais livre acesso a mercados estrangeiros, a fim de atenuar os efeitos domésticos da recessão global e quando a região, como um todo, encara uma opção entre duas filosofias econômicas opostas.[154] Da mesma forma, o governo de Calderón está sendo martelado violentamente por carteis que obtêm lucros, em grande parte, do consumo de narcóticos pelos Estados Unidos, uma falha em seguimento para com os comprometimentos feitos com o México que arrisca desperdiçar o recente progresso em assuntos EUA-México. Se os Estados Unidos buscam promover alternativas construtivas ao populismo, necessitam demonstrar que opções responsáveis trarão benefícios reais aos governos latinoamericanos.

Também quer dizer pensar de forma criativa acerca de outros meios de fortalecer parcerias com governos da centro-esquerda e da centro-direita. Os acadêmicos e as análises de diretrizes publicaram algumas dessas propostas, inclusive a expansão de tratados para bio-

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

combustível e gás natural líquido com o Brasil, incorporando fundos de "coesão social" em futuras *FTAs*, dirigindo-se à diretrizes de imigração defeituosas que provêm alvo fácil a políticos anti-americanos na América Latina. A essa lista também adicionaríamos a restauração de contatos militar-a-militar que sofreram muito desde os anos setenta, o aumento de coordenação diplomática em questões de estabilidade regional e muitas outras. O objetivo aqui não é apresentar um esquema compreensivo para as relações norteamericanas com líderes moderados na América Latina, mas simplesmente estimular abordagens inovadoras referentes à necessidade de melhorar e aprofundar essas relações.[155]

Essa demanda em inovação está diretamente relacionada ao terceiro imperativo da estratégia norteamericana – uma campanha mais ampla para combater os vários males que levam ao cinicismo, ressentimento e radicalismo. Como Francis Fukuyama escreve: "É . . . incumbente a qualquer um que seriamente esteja interessado em democracia na América Latina formular séria agenda sócio-política – que aloque grandes recursos aos problemas cruciais de saúde, educação e serviços sociais, mas que faça isso de maneira a produzir resultados de verdade". De uma perspectiva norte-americana, significa idear e apoiar programa que ofereçam abordagens holísticas e criativas à questões como insegurança pública, extrema pobreza e uma falta de capital humano, corrupção governamental e provisão de serviços essenciais decrépita ou politizada. A necessidade é para que "empresário(s) com diretrizes sociais estejam dispostos a experimentar novas metodologias e aprender com a experiência alheia. O importante é abandonar as iniciativas que não funcionam bem".[156] Somente através desse processo de experimentos e inovação os Estados Unidos e parceiros na região providenciarão um antídoto duradouro à atração da demagogia, assegurando um grupo estável de forças políticas e sociais nos continentes.

O planejamento de agenda minuciosa para aperfeiçoar as diretrizes sociais e a segurança humana na região vai mais além dessa monografia. Vale a pena notar, contudo, que os exemplos de diretrizes inovadoras bem sucedidas já estão evidentes na região. Os programas *Oportunidades* e de Salário Família; o projeto orçamentário participativo no Brasil; as iniciativas de policiamento comunitário e a reintegração de membros de gangues na América Central; os intercâmbios profissionais de agências de ordem pública entre os Estados Unidos e a América Latina; as propostas para a criação de fundos de investimento social e a garantia de hipotecas, totalizando *US* $ 400 milhões à famílias latinoamericanas: Esses e outros programas demonstram o tipo de empreendimento necessário para que maior número de pessoas sejam cidadãos interessados que participam em sistemas democráticos.[157] Em anos vindouros, esses tipos de inicativas serão expandidos, refinados e as parcerias em projetos aumentarão não simplesmente a disponibilidade mas também a qualidade da educação primária e secundária. Também seria sábio considerar meios de auxiliar os países latinoamericanos a aguentar firme o impacto da presente recessão global, porque entre o radicalismo político e a instabilidade econômica costumeira, uma fortalece a outra.[158]

A América Latina é uma vertente importante. Velhos rótulos como *esquerda* e *direita* não mais são adequados para descrever o panorama político; a divisória real encontra-se agora entre aqueles que lutam pela boa administração governamental e aqueles que se enfocam em mobilização de reivindicações em massa. Os Estados Unidos podem fazer com que essa situação dê a meia volta para seu benefício, promovendo uma América Latina mais estável, segura e democrática. Contudo, somente poderá fazer isso com a combinação apropriada de diretrizes, a disposição para a criatividade e um senso de comprometimento que perdure. ❑

Notas

1. Forrest Colburn, *Latin America at the End of Politics,* Princeton, NJ: Princeton University Press, 2002.

2. Jorge Castañeda, "Latin America's Left Turn," *Foreign Affairs,* maio/junho 2006, *www.foreignaffairs.com/articles/61702/jorge-g-castaneda/latin-americas-left-turn,* acessado em fevereiro 18, 2009; Eric Farnsworth e Chris Sabatini, "Latin America's Lurch to the Left," *Christian Science Monitor,* fevereiro 13, 2006.

3. Ver, por exemplo,, "South America's Leftward Sweep," *BBC News,* março 2, 2005, *news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4311957.stm,* acessado em janeiro 6, 2009; Oliver Balch e Rory Carroll, "Ex-Bishop Joins Latin America's Pink Tide," *Guardian,* agosto 19, 2008. Para crítica desse artigo, ver Michael Shifter, "A New Politics for Latin America?" *America,* dezembro 18, 2006, págs. 14-17.

4. John Bellamy Foster, "The Latin American Revolt," *Monthly Review,* julho-agosto 2007, págs. 1-4.

5. Kim Holmes, *Liberty's Best Hope: American Leadership for theTwenty-First Century,* Washington, DC: Heritage Foundation, 2008, págs. 55-58.

6. Peter Hakim, "Is Washington Losing Latin America," *ForeignAffairs,* janeiro/fevereiro 2006, *www.foreignaffairs.org/articles/61372/peter-hakim/is-washington-losing-latin-america,* acessado julho 24, 2008.

7. Javier Santiso, Cristina Sanmartin e Elizabeth Murry, trans., *Latin America's Political Economy of the Possible: Beyond Good Revolutionaries and Free-Marketeers,* Cambridge: Massachusetts Institute for Technology Press, 2007, p. 94.

8. Citado em William Robinson, *Transnational Conflicts: Central America, Social Change, and Globalization,* London, United Kingdom (UK): Verso, 2003, p. 97. O melhor debate a respeito da América Latina é *Democracy in Latin America: Political Change in Comparative Perspective,* Peter Smith, New York: Oxford University Press, 2005.

9. Hal Brands fala a respeito dos efeitos positivos da democratização em "Latin America's Cold War: An International History," Ph.D. Dissertation, Yale University, 2009, págs. 372-374.

10. Thomas Skidmore e Peter Smith, *Modern Latin America,* New York: Oxford University Press, 2001, págs. 60-61, 135; Colburn, *Latin America at the End of Politics,* p. 36; Corporación Latinobarómetro, *Latinobarómetro Report 2006,* Santiago, Chile: Latinobarómetro, 2006, p. 5.

11. John Charles Chasteen, *Born in Blood and Fire: A Concise History of Latin America,* New York: Norton, 2001, p. 57.

12. Gabriel Marcella, *American Grand Strategy for Latin America in the Age of Resentment,* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, September 2007, págs. 7-8; Juan Forero, "Latin America Fails to Deliver on Basic Needs," *New York Times,* fevereiro 22, 2005; Kenneth M. Roberts, "Latin America's Populist Revival," *SAIS Review,* Vol. 27, No. 1, Inverno-Primavera 2007, p. 9; Patrice Franko, *The Puzzle of Latin American Economic Development,* New York: Rowman e Littlefield, 2007, págs. 379-385.

13. Entrevista feita pelo autor com Cresencio Arcos,Washington, DC, junho 14, 2007; também Colburn, *Latin America at the End of Politics,* págs. 120-121; Philip Oxhorn, "Is the Century of Corporatism Over? Neoliberalism and the Rise of Neopluralism," em Oxhorn e Graciela Ducatenzeiler, eds., *What Kind of Democracy? What Kind of Market? Latin America in the Age of Neoliberalism,* University Park: Pennsylvania State University Press, 1998, págs. 199-211.

14. Freedom House, "Freedom in the Americas Today," abril 27, 2006.

15. Corporación Latinobarómetro, *Latinobarómetro Report 2006,* págs. 31, 55, 68, 76.

16. Alex E. Fernandez Jilberto, "Latin America: The End of the Washington Consensus, the State of Democracy, and the Two Lefts," *Journal of Developing Societies,* Vol. 24, No. 3, setembro 2008, p. 402; Roberts, "Latin America's Populist Revival," págs. 10-11.

17. Marcella, *American Grand Strategy,* p. 5.

18. Forero, "Latin America Fails to Deliver Basic Needs."

19. Kurt Weyland, "Clarifying a Contested Concept: Populism in the Study of Latin American Politics," *Comparative Politics,* Vol. 34, No. 1, outubro 2001, págs. 1-22.

20. Esta definição foi extraída principalmente de, "Clarifying a Contested Concept," págs. 11-13; Roberts, "Latin America's Populist Revival," págs. 3-6; e Mitchell Seligson, "The Rise of Populism and the Left in Latin America," *Journal of Democracy,* Vol. 18, No. 3, julho 2007, p. 82.

21. Castañeda, "Latin America's Left Turn"; Ernesto Laclau,"Consideraciones sobre el populismo latinoamericano", *Cuadernos del Cendes,* mayo de 2006, *www.scielo.org.ve/scielo.php?pid=S1012-25082006000200007&script=sci_arttext,* acessado em março 19, 2009.

22. John A. Crow, *The Epic of Latin America,* Berkeley: University of California Press, 1992, p. 808.

23. Francisco Panizza, "Unarmed Utopia Revisited: The Resurgence of Left-of-Center Politics in Latin America," *Political Studies,* Vol. 53, No. 4, dezembro 2005, p. 727; Alvaro Vargas Llosa, "The Return of the Idiot," *Foreign Policy,* mio/junho 2007, págs. 54-61; Rudiger Dornbusch e Sebastian Edwards, "The Macroeconomics of Populism," em Dornbusch e Edwards, eds., *The Macroeconomics of Populism in Latin America,* Chicago: University of Chicago Press, 1991, esp. págs. 7-15.

24. Ver Omar Sanchez acerca da descomposição dos sistemas de partidos, "Transformation and Decay: The De-Institutionalization of Party Systems in South America," *Third World Quarterly,* Vol. 29, No. 2, março 2008, pp. 315-337.

25. Chávez começou a completamente incorporar conceitos "socialistas" em sua retórica em 2005-06. Ver

http://www.airpower.maxwell.af.mil/home.htm Contactar o Editor

Horacio Benitez, "Presidente Chávez define Socialismo del siglo XXI", *aporrea.org,* 9 de octubre de 2005, *www.aporrea.org/ideologia/a17224.html,* acessado maio 1, 2009; Jorge Rueda, "Chávez jura por la patria, socialismo, o muerte'", *Los Tiempos,* 10 de enero de 2007; "Recasting the Formula for Dealing with Chávez," *Latin America Security & Strategic Report,* September 2006. Todas as fontes da série *Latin American Newsletters* foram acessadas na Net, *latinnews.com.*

26. José Pedro Zuquete, "The Missionary Politics of Hugo Chávez," *Latin American Politics & Society,* Vol. 50, No. 1, abril 2008, pp. 98-100; Edgardo Lander, "Venezuelan Social Conflict in a Global Context," *Latin American Perspectives,* Vol. 32, No. 2, março 2005, p. 31.

27. Sara Miller Llana, "Chávez Seeks Shangri-La with 'Socialist Cities'," *Christian Science Monitor,* abril 1, 2008; Michael Penfold-Becerra, "Clientelism and Social Funds: Evidence from Chávez's Misiones," *Latin American Politics & Society,* Vol. 49, No. 4, Inverno 2007, págs. 63-70.

28. Michael Shifter, "In Search of Hugo Chávez," *Foreign Affairs,* maio/junho 2006, *www.foreignaffairs.com/articles/61703/michael-shifter/in-search-of-hugo-ch%C3%A1vez,* acessado janeiro 22, 2009. O programa político de Chávez foi descrito por Javier Corrales em "Hugo Boss," *Foreign Policy,* janeiro/fevereiro 2006, págs. 32-39; ver também "Chávez consolida su socialismo del siglo 21", *Informe Latinoamericano,* 8 de agosto de 2008.

29. Zuquete, "The Missionary Politics of Hugo Chávez," p. 103.

30. Re. ao conceito de etno-populismo e seu papel na Bolívia, ver Raul Madrid, "The Rise of Ethnopopulism in Latin America," *World Politics,* Vol. 60, No. 3, abril 2008, págs. 475-508.

31. "Morales fustiga al capitalismo en foro", *La Nación,* 22 de mayo de 2007; "Evo Morales lanzó el 'socialismo comunitario'", *La Nación,* 8 de febrero de 2009.

32. "Evo's Big Win," *Economist,* agosto 16, 2008, pp. 36-37; "Rulers of Bolivia and Ecuador Resort to Mass Action Against Opposition," *Latin American Security & Strategic Review,* fevereiro 2007. On Morales' reforms, ver International Crisis Group, "Bolivia: Rescuing the New Constitution and Democratic Stability," Latin America Briefing N. 18, junho 19, 2008.

33. Jorge Lazarte, "Bolivia's Gordian Knot," *Hemisphere: A Magazine of the Americas,* Outono 2007, págs. 30-31.

34. "Profile: Ecuador's Rafael Correa," *BBC News,* novembro 27, 2006, *news.bbc.co.uk/2/hi/americas/6187364.stm,* acessado janeiro 15, 2009.

35. Catherine Conaghan, "Ecuador: Correa's Plebiscitary Presidency," *Journal of Democracy,* Vol. 19, No. 2, abril 2008, pp. 46-60.

36. International Crisis Group, "Ecuador: Overcoming Instability," Latin America Report No. 22, julho 7, 2007, págs. 1-4, 23; também Clare Ribando Seelke, *Ecuador: Political and Economic Situation and U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, maio 21, 2008, esp. págs. 3-6.

37. Jean Grugel e Maria Pia Riggirozzi, "The Return of the State in Argentina," *International Affairs,* Vol. 83, No. 1, Primavera 2007, págs. 98-100.

38. "Argentina: The Implications of the Export Tax Failure," *Stratfor,* julho 17, 2008; "Argentina: Cash Shortages and Pensions," *Stratfor,* outubro 21, 2008.

39. "Kirchner: No IMF at Paris Club Talks," *Prensa Latina,* março 2, 2006, *www.plenglish.com/article.asp?ID=%7BFEAAF52C-9D6F-4FA4-AFF8-B2DA10CAC94E%7D)&language=EN,* acessado dezembro 14, 2008.

40. Ignacio Walker, "The Three Lefts of Latin America," *Dissent,* Fall 2008, p. 10; Steven Levitsky e Maria Victoria Murillo, "Argentina: From Kirchner to Kirchner," *Journal of Democracy,* Vol. 19, No. 2, abril 2008, págs. 17-27.

41. Marifeli Pérez-Stable, "The President of Some Nicaraguans," *Miami Herald,* June 21, 2007; Sharon F. Lean, "The Presidential and Parliamentary Elections in Nicaragua, novembro 2006," *Electoral Studies,* Vol. 26, No. 4, Outono 2007, págs. 828-831.

42. "Discurso del Presidente de Nicaragua, Daniel Ortega, en la 62ª Asamblea General de las Naciones Unidas" ("Speech by the President of Nicaragua, Daniel Ortega, in the 62nd General Assembly of the United Nations"), 25 de septiembre de 2007, *www.flacso.org/integracion/talleres-noticias/discursosNU/DanielOrtega.pdf,* acessado novembro 17, 2008; Carlos Salinas Maldonado, "Las horas bajas de Daniel Ortega", *El País,* 5 de marzo de 2009.

43. Richard Feinberg e Daniel Kurtz-Phelan, "Nicaragua between Caudillismo and Modernity: The Sandinistas Redux?" *World Policy Journal,* Vol. 23, No. 2, Verão 2006, págs. 76-84; "Abuse as Usual Means Many Accounts to Settle," *Revista Envío,* enero de 2009, *www.envio.org.ni/articulo/3935,* acessado março 25, 2009; "How Many Conflicts Will the New 'Direct Democracy' Trigger?" *Revista Envío,* dezembro 2007, *www.envio.org.ni/articulo/3699,* acessado março 25, 2009; James McKinley, Jr., "Nicaraguan Councils Stir Fear of Dictatorship," *New York Times,* maio 4, 2008.

44. Re. a esses temas, ver Jimena Costa, "Twenty Months of Masismo," *Hemisphere: A Magazine of the Americas,* Outono 2007, págs. 8-9; Carlos De la Torre, "The Resurgence of Radical Populism in Latin America," *Constellations,* Vol. 14, No. 3, September 2007, pp. 384-395; Juan Forero, "Tariffs are Ecuador's Response to Crisis," *Miami Herald,* March 30, 2009; "What Has Happened to Latin America's Leftward Tilt?" *Latin American Special Report,* agosto 2006, p. 11; Mark Weisbrot, Luis Sandoval e David Rosnick, "Poverty Rates in Venezuela: Getting the Numbers Right," *International Journal of Health Services,* Vol. 36, No. 4, maio 2006, págs. 813-823.

45. Forrest Colburn, "Latin America: Captive to Commodities," *Dissent,* Inverno 2009, p. 30.

46. "Venezuela: Inflation Still Roaring," *Latin American Economy & Business,* abril 2008; "Oil and Public Finan-

ces: Oil's Tipping Point," *Latin American Regional Report: Andean Group,* outubro 2008.

47. Colburn, "Captive to Commodities," p. 30; "Ecuador Defaults on Foreign Debt," *BBC News,* dezembro 13, 2008, *news.bbc.co.uk/2/hi/business/7780984.stm,* acessado janeiro 22, 2009; "Ecuador: Banks Having Trouble Getting Financing—Correa," *Stratfor,* março 11, 2009; "Ecuador: Correa's Economic Initiatives," *Latin American Regional Report: Andean Group,* dezembro 2007; "A Wannabe Chávez Short of Oil," *Economist,* setembro 1, 2007, págs. 30-31; Costa, "Twenty Months of Masismo"; Monte Reel, "Bolivia's Irresistible Reserves," *Washington Post,* fevereiro 10, 2008.

48. Mark Sullivan, *Argentina: Background e U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, novembro 5, 2008, pp. 4-6; Charles Newbery, "Hard Times for Argentina," *Business Week Online,* agosto 6, 2008.

49. Eliza Barclay, "The Mugabe of the Andes?" *Atlantic Monthly,* abril 2009, p. 24; Kirk Hawkins e David Hansen, "Dependent Civil Society: The Círculos Bolivarianos in Venezuela," *Latin American Research Review,* Vol. 41, No. 1, fevereiro 2006, p. 118; Penfold-Becerra, "Clientelism and Social Funds," p. 74; Ramiro Salvochea, "Clientelism in Argentina: Piqueteros and Relief Payment Plans for the Unemployed—Misunderstanding the Role of Civil Society," *Texas International Law Journal,* Vol. 43, No. 2, Primavera 2008, págs. 306-310; "Con un cerco de violencia, el MAS convoca a 2 referendos", *La Razón,* 29 de febrero de 2008.

50. Juan Rial, "A Bird's-eye View: General Trends in Latin American Politics in the First Decade of the Twenty-First Century," *Opinión Sur,* março 15, 2007, pp. 2-3; ver também McKinley, "Nicaraguan Councils Stir Fear of Dictatorship"; "The Venezuelan Connection," *Economist,* julho 8, 2006, págs. 32-33; Indira A.R. Lakshmanan, "Critics Slam Venezuelan Oil Windfall Spending," *Boston Globe,* agosto 13, 2006; Hawkins e Hansen, "Dependent Civil Society," págs. 104-110; Rosario Cuadra y Damaris Ruiz, "CPCs Around the Country Are Waiting for 'Guidance' from Higher Up," *Revista Envío,* marzo de 2008, *www.envio.org.ni/articulo/3729,* acessado março 19, 2009; Jonas Wolff, "(De-) Mobilising the Marginalised: A Comparison of the Argentine *Piqueteros* and Ecuador's Indigenous Movement," *Journal of Latin American Studies,* Vol. 39, No. 1, fevereiro 2007, esp. p. 22.

51. Re. a esse ponto, ver Javier Corrales, "Latin America's Neocaudillismo: Ex-Presidents and Newcomers Running for President . . . and Winning," *Latin American Politics & Society,* Vol. 50, No. 3, Outono 2008, págs. 24-26; Seligson, "Rise of Populism," p. 82.

52. De la Torre, "Resurgence of Radical Populism," p. 388. Ver também Francisco Panizza, "Populism and the Mirror of Democracy," em Francisco Panizza, ed., *Populism and the Mirror of Democracy,* London, Verso, 2005, p. 28.

53. "The Justice of Crowds," *Economist,* março 14, 2009, p. 40; "Rulers of Bolivia and Ecuador Resort to Mass Action Against Opposition," *Latin American Security and Strategic Review,* fevereiro 2007; International Crisis Group, "Venezuela: La Revolución de Hugo Chávez" ("Venezuela: Hugo Chávez's Revolution"), Informe sobre América Latina No. 19, 22 de febrero de 2007; Maria Lilibeth da Corte, "No habrá nueva concesión para ese canal golpista RCTV", *El Universal,* 19 de diciembre de 2006; Tina Rosenberg, "The Many Stories of Carlos Fernando Chamorro," *New York Times,* março 20, 2009; Salinas Maldonado, "Las horas bajas de Daniel Ortega"; Catherine Conaghan and Carlos de la Torre, "The Permanent Campaign of Rafael Correa: Making Ecuador's Plebiscitary Presidency," *International Journal of Press/Politics,* Vol. 13, No. 3, julho 2008, p. 278.

54. Colburn, "Captive to Commodities," p. 30; International Crisis Group, "Bolivia: Rescuing the New Constitution and Democratic Stability," págs. 1-2; Andres Schipani, "Protests Bring Bolivia's Reforms to a Standstill," *Financial Times,* agosto 27, 2008.

55. "A Bittersweet Victory for Chávez," *Latin American Regional Report: Andean Group,* dezembro 2008; Marianella Durán, "Caracas paga caro los efectos de la polarización", *La Hora,* 16 de março de 2009.

56. Kevin Casas-Zamora, "Not Another Mugabe, Please," dezembro 8, 2008, *www.brookings.edu/opinions/2008/1208_ortega_casaszamora.aspx,* acessado abril 22, 2009.

57. Vargas Llosa, "The Return of the Idiot," p. 60.

58. "Evo Morales: 'Bush es el único terrorista'" ("Evo Morales: 'Bush is the Only Terrorist'"), *Clarín,* 29 de diciembre de 2005.

59. Franlin Foer, "The Talented Mr. Chávez," *The Atlantic,* May 2006, p. 97; David Stout, "Chávez Calls Bush 'the Devil' in U.N. Speech," *New York Times,* setembro 20, 2006.

60. Tim Padgett com Mercedes Alvaro, "Is Another Chávez on the Rise in Ecuador?" *Time,* outubro 13, 2006, *www.time.com/time/world/article/0,8599,1545955,00.html,* acessado maio 5, 2009.

61. Clare Ribando Seelke, *Nicaragua: Political Situation and U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, março 17, 2008, p. 4.

62. "Iran Offers Aid to Nicaragua, in a Sign of Deepening Ties," *New York Times,* agosto 6, 2007; "Nicaragua e Iran, 'unión invincible'", *BBC Mundo,* 11 de junio de 2007; "Nicaragua: Ortega's Cold War Memories?" *Stratford,* setembro 3, 2008; "Nicaragua Recognizes South Osseta and Abhkazia," setembro 4, 2008, *Novosti, en.rian.ru/world/20080904/116538071.html, acessado maio* 5, 2009.

63. "Ecuador Plans to Buy Weapons from Iran," *Tehran Times,* dezembro 15, 2008.

64. Alba Gil, "Evo Morales Hace Amigos" ("Evo Morales Makes Friends"), *Americaeconomica.com,* 5 de enero de 2006, *www.americaeconomica.com/numeros4/352/reportajes%5CAlba352.htm,* acessado janeiro 27, 2009; "Evo Morales

inició una estratégica visita a Irán", *La Nación,* 1 de septiembre de 2008; "Evo y Medvédev impulsan la relación Bolivia-Rusia", *La Razón,* 17 de febrero de 2009.

65. R. Evan Ellis, *U.S. National Security Implications of Chinese Involvement in Latin America,* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, junho 2005, págs. 4-7, 22; "Venezuela: desde China lanzan primer satélite venezolano", *Informe Latinoamericano,* 31 de octubre de 2008; Max Manwaring, *Latin America's New Security Reality: Irregular Asymmetric Conflict and Hugo Chávez,* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, agosto 2007, pp. 22-23.

66. "Venezuela: Unprecedented Visits by Russian Bombers and Warships," *Latin American Security and Strategic Review,* September 2008; "Medvedev Works on Latin American Links Beyond Chávez and His Allies," *Latin American Security and Strategic Review,* novembro 2008; "Venezuela: Adding Tanks to Russian Shopping List," *Latin American Security and Strategic Review,* outubro 2008.

67. "U.S. Intelligence Chiefs See No Major Security Threat from Latin America," *Latin American Security and Strategic Review,* março 2007.

68. Justin Blum, "Chávez Pushes Petro-Diplomacy," *Washington Post,* novembro 21, 2005. Ver Sean Burges re. às várias iniciativas diplomáticas de Chávez, "Building a Global Southern Coalition: The Competing Approaches of Brazil's Lula and Venezuela's Chávez," *Third World Quarterly,* Vol. 28, No. 7, outubro 2007, págs. 1343-1352; "Trying to Discern the Real Aims of Chávez's Doctrines," *Latin American Security and Strategic Review,* February 2008; Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, *International Narcotics Control Strategy Report, 2009,* fevereiro 27, 2009, *www.state.gov/p/inl/rls/nrcrpt/2009/vol1/116525.htm,* acessado março 12, 2009; "The March 1 Raid on Ecuador," *Latin American Special Report,* SR-2008-02, p. 6; G. Guillen, "Venezuela ya entregó armas a las FARC", *El Nuevo Herald,* maio 19, 2008.

69. Sara Miller Llana, "Latin Left Evicting U.S. Anti-drug Warriors," *Christian Science Monitor,* novembro 10, 2008; Bureau of International Narcotics and Law Enforcement Affairs, *International Narcotics Control Strategy Report, 2007,* março 2007, *www.state.gov/p/inl/rls/nrcrprt/2007/vol1/html/80855.htm,* acessado março 12, 2009; "Drugs in Latin America, Part 1," *Latin American Special Report,* SR-2008-03, págs. 7-10.

70. Gabriel Marcella, *War Without Borders: The Colombia-Ecuador Crisis of 2008,* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, dezembro 2008, págs. 23-25; "Nicaragua Breaks Diplomatic Relations with Colombia," *CNN.com,* março 6, 2008, *edition.cnn.com/2008/WORLD/americas/03/06/nic.colombia/ index.html,* acessado janeiro 3, 2009; "Nicaragua: To-ing & fro-ing over Colombia and missiles," *Latin American Security and Strategic Review,* setembro 2008.

71. Citado por Chris Kaul e Sebastian Rotella, "Hezbollah Presence in Venezuela Feared," *Los Angeles Times,* agosto 27, 2008; também Robert Killebrew, "A New Threat: The Crossover of Urban Gang Warfare and Terrorism," *National Strategy Forum Review,* Outono 2008, p. 8.

72. Michael Radu, "21st Century Socialism in Latin America," agosto 2008, *www.fpri.org/enotes/200808.radu.21centurysocialismlatinamerica.html,* acessado maio 1, 2009.

73. Phelps, *Liberty's Best Hope,* págs. 56, 58.

74. Citado por Arlen Specter com Christopher Bradish, "Dialogue With Adversaries," *Washington Quarterly,* Vol. 30, No. 1, Inverno 2006-07, p. 24.

75. William Ratliff, "Beijing's Pragmatism Meets Hugo Chávez," *Brown Journal of World Affairs,* Vol. 12, No. 2, Inverno-Primavera 2006, págs. 78-80.

76. Mark Katz, "The Putin-Chávez Partnership," *Problems of Post-Communism,* Vol. 53, No. 4, julho-agosto 2006, págs. 5-6; Daniel Restrepo, "U.S.-Venezuela Policy: A Reality Based Approach," Center for American Progress, December 2006, págs. 7-8; "Venezuela: Unprecedented Visits by Russian Bombers and Warships."

77. Restrepo, "U.S.-Venezuela Policy," págs. 6-8; Chávez citado em "Peru Recalls Venezuela Ambassador," *BBC News,* abril 30, 2006; *news.bbc.co.uk/2/hi/americas/4959220.stm,* acessado maio 2, 2009.

78. "The March 1 Raid on Ecuador," p. 12; Chris Kaul, "Hugo Chávez Tells FARC to Free Hostages," *Los Angeles Times,* junho 10, 2008; Peter Brookes, "FARC's Fading Fortunes," *Armed Forces Journal,* setembro 2008, *www.armedforcesjournal.com/2008/09/3702809/,* acessado maio 9, 2009.

79. "Chile: Bachelet Abstains from UN Security Council Vote," *Latin American Regional Report: Brazil and Southern Cone,* outubro 2006; Restrepo, "U.S.-Venezuela Policy," págs. 7-8.

80. Burges, "Building a Global Southern Coalition," p. 1353.

81. Felipe Moreno, "Latin America's True Colours," *Contemporary Review,* Vol. 288, No. 1683, Inverno 2006, p. 413.

82. "Venezuela and the Region: Chávez's Comeback Drive Tumbles," *Latin American Security and Strategic Review,* setembro 2008; também "Detecting Nuances in the Expanding 'Anti-U.S. Axis' Headed by Chávez," *Latin American Security and Strategic Review,* janeiro 2007.

83. "Chávez's 'Belligerent' Rhetoric Loses Him Support in the Andes," *Latin American Regional Report: Andean Group,* fevereiro 2008.

84. Ver Jude Webber, "Kirchner, Chávez Strike Mutual Pose," *Miami Herald,* março 16, 2007; "Continua la 'nacionalización estratégica", *Informe Latinoamericano,* 2 de marzo de 2007; Mark Sullivan, *Argentina: Background and U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, novembro 5, 2008, p. 10.

85. Sullivan, *Argentina,* págs. 13-14; "Fantastic U.S./Argentina Bilateral Relations," *Mercopress,* dezembro 14,

2006, *en.merco-press.com/2006/12/14/fantastic-us-argentina-bilateral-relations*, acessado abril 21, 2009; Webber, "Kirchner, Chávez Strike Mutual Pose"; "Argentina-U.S.: Keeping Alive the 'Triple Border' Threat," *Latin American Security and Strategic Review,* fevereiro 2004.

86. Clare Ribando Seelke, *Nicaragua: Political Situation and U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, março 17, 2008, págs. 2-6.

87. *Ibid.*, pp. 4-6.

88. Tim Rogers, "Ortega Leans on Venezuela Amid Aid Cuts," *Nica Times,* dezembro 5-11, 2008; Blake Schmidt, "U.S.-Nicaraguan Relations Chill as Ortega Faces Domestic Tests," *World Politics Review,* setembro 19, 2008, *www.worldpoliticsreview.com/article.aspx?id=2675*, acessado janeiro 4, 2009.

89. Marcella, *War Without Borders,* págs.. 23-25; Michael Shifter and Daniel Joyce, "Bolivia, Ecuador, y Venezuela, la refundación andina", *Política Exterior,* No. 123, maio-junho 2008, págs. 63-64.

90. "The March 1 Raid on Ecuador," págs. 3, 7; Marcella, *War Without Borders,* págs. 26-28; "Drugs in Latin America, Part 1," págs. 11-13.

91. "An Unmended Fence," *Economist,* março 7, 2009, p. 46; Sibylla Brodzinsky, "On Ecuador's Border, the FARC Visits Often," *Christian Science Monitor,* março 10, 2008; "Colombia and Ecuador Take Steps To Accommodate Each Other's Demands," *Latin American Security and Strategic Review,* janeiro 2009.

92. "Venezuela and the Region: Chávez's Comeback Drive Tumbles," *Latin American Security and Strategic Review,* setembro 2008; Clare Ribando Seelke, *Ecuador: Political and Economic Situation and U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, maio 21, 2008, p. 6.

93. Santiso, *Latin America's Political Economy of the Possible,* p. 94.

94. Como nota Francisco Panizza, certos setores de cada um desses partidos rejeitariam o rótulo de social-democrático. Contudo, em geraI, o termo é apropriado para descrever suas diretrizes sócio-econômicas. Ver Panizza, "The Social Democratisation of the Latin American Left," *Revista Europea de Estudios Latinoamericanos y del Caribe,* No. 79, outubro 2005, p. 95.

95. *Ibid.*, pp. 96-99.

96. Council on Foreign Relations, "A Conversation with Michelle Bachelet," setembro 25, 2008, *www.cfr.org/publication/17372/conversation_with_michelle_bachelet.html?breadcrumb=%2Fissue%2F104%2Frule_of_law,* acessado janeiro 22, 2009; Michael Reid, *Forgotten Continent: The Struggle for the Soul of Latin America,* New Haven: Yale University Press, 2007, p. 181.

97. Lois Hecht Oppenheim, *Politics in Chile: Socialism, Authoritarianism, and Market Democracy,* New York: Basic Books, 2007, págs. 171-175; Mark P. Sullivan, *Chile: Political and Economic Conditions and U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, agosto 5, 2003, págs. 4-5.

98. Clare Ribando Seelke e Alessandra Durand, *Brazil-U.S. Relations,* Washington, DC: Congressional Research Service, outubro 6, 2008, págs. 2-5.

99. Council on Hemispheric Affairs, "Uruguay's Tabaré Vázquez: Pink Tide or Voice of the Center?" março 4, 2006, *www.coha.org/NEW_PRESS_RELEASES/New_Press_Releases_2006/06.15_Uruguays_Vazquez_Assessment.html*, accessed março 3, 2009; "Tabaré Vázquez dijo que podría firmar un tratado de libre comercio con EE.UU.", *Clarín,* 6 de mayo de 2006.

100. Julieta Palma e Raúl Urzúa, "Anti-Poverty Policies and Citizenry: The *Chile Solidario* Experience," Paris: UNESCO, 2005, *unesdoc.unesco.org/images/0014/001402/140240e.pdf*, págs. 20-22.

101. Ribando Seelke e Durand, *Brazil-U.S. Relations,* p. 3; Sara Miller Llana, "A Third-World Antipoverty Showcase," *Christian Science Monitor,* novembro 13, 2008.

102. "En marcha plan de asistencia para familias pobres uruguayas", *Prensa Latina,* 1 de abril de 2005.

103. Ver o Brasil, Chile, e Uruguai – relatórios da Freedom House, *Freedom in the World 2008, www.freedomhouse.org/template.cfm?page=21&year=2008*, acessado maio 9, 2009; também "*Freedom in the World 2009*: Global Data," *www.freedomhouse.org/uploads/fiw09/FIW09_Tables&GraphsForWeb.pdf*, acessado maio 9, 2009, págs. 23-25.

104. Sullivan, *Chile: Political and Economic Conditions and U.S. Relations,* págs. 11-12; Brian Wampler e Leonardo Avritzer, "The Spread of Participatory Democracy in Brazil: From Radical Democracy to Participatory Good Government," *Journal of Latin American Urban Studies,* Vol. 7, Outono/Inverno 2006, págs. 37-52; Panizza, "Social Democratisation of the Latin American Left," págs. 99-101.

105. Panizza, "Social Democratisation of the Latin American Left," págs. 99-102.

106. Para estas estatísticas, ver Reid, *Forgotten Continent,* págs. 179-181; United Nations Development Program, *2007/2008 Human Development Report,* "Chile," *hdrstats.undp.org/countries/country_fact_sheets/cty_fs_CHL.html*, acessado março 27, 2009.

107. Freedom House, *Freedom in the World 2008,* "Chile Country Report," *www.freedomhouse.org/template.cfm?page=22&country=7371&year=2008*, acessado maio 9, 2009.

108. "Uruguay: Ruling FA Struggles to Paper Over Cracks," *Latin American Regional Report: Brazil and Southern Cone,* março 2009; Ribando Seelke e Durand, *Brazil-U.S. Relations*, p. 7.

109. Alexei Barrionuevo, "Brazil's 'Teflon' Leader Nicked By Slump," *New York Times,* abril 2, 2009; William Langewiesche, "City of Fear," *Vanity Fair,* abril 2007, *vanityfair.com,* acessado fevereiro 13, 2009; "Crime and Politics in Brazil," *Stratfor,* junho 24, 2003.

110. "Brazil Heads for Investment Grade," *Business Week,* novembro 5, 2007; Ribando Seelke e Durand, *Brazil-U.S. Relations,* p. 5; "Uruguay: Matiz Político Para Cancelar Deuda Con el FMI" ("Uruguay: Political Climate for

Canceling Debt with the IMF"), *Informe Latinoamericano,* 15 de noviembre de 2006.

111. Ver "Uruguay: Tougher Times Ahead," *Latin American Economy & Business,* fevereiro 2009; "Uruguay: Government Forecasts 2.5% Growth in 2009," *Latin American Economy & Business,* janeiro 2009; "Uruguay: Some Fiscal Slippage," *Latin American Economy & Business,* novembro 2008; "Desempleo 2007 en Uruguay cae a mínimo desde 1993" , *Reuters América Latina,* 7 de febrero de 2008.

112. Nilson Brandão Junior e Marianna Aragão, "Miséria no Brasil Cai 27,7% no 1º Mandato de Lula", *O Estado de São Paulo,* 20 setembro 2007; "Brazil: Half the Nation, a Hundred Million Citizens Strong," *Economist,* setembro 13, 2008, págs. 43-44.

113. United Nations Development Program, *2007/2008 Human Development Report,* "Uruguay," *hdrstats.undp.org/countries/country_fact_sheets/cty_fs_URY.html,* acessado março 27, 2009; Miller Llana, "Third-World Antipoverty Showcase"; World Bank, "Bolsa Familia: Changing the Lives of Millions in Brazil," *web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/COUNTRIES/LACEXT/BRAZILEXTN/0,,contentMDK:21447054~pagePK:141137~piPK:141127~theSitePK:322341~isCURL:Y,00.html,* acessado março 27, 2009.

114. Leonardo Avritzer oferece boa análise do programa de orçamentos participativos, "New Public Spheres in Brazil: Local Democracy and Deliberative Politics," *International Journal of Urban and Regional Research,* Vol. 30, No. 3, setembro 2006, págs. 623-637.

115. Panizza, "Social Democratisation of the Latin American Left," p. 102.

116. Citado em Council on Hemispheric Affairs, "Thomas J. Dodd on Uruguayan President Tabaré Vázquez," março 4, 2006, *www.coha.org/NEW_PRESS_RELEASES/New_Press_Releases_2006/COHA%20Opinion/COHA_Opinion_06.07_Dodd_interview.html,* acessado janeiro 19, 2009. Re. a essas várias inciativas, ver "Uruguay: Pese a la oposición interna, Vázquez firma el Tifa", *Informe Latinoamericano,* 2 de febrero de 2007; "President Bush and President Vázquez of Uruguay Participate in Joint Press Availability," março 10, 2007, *www.whitehouse.gov/news/releases/2007/03/20070310-1.html,* acessado janeiro 19, 2009; Raúl Zibechi, "Argentina-Uruguay: The Paper War," *CIP Americas Program,* março 15, 2006, *americas.irc-online.org/am/3155,* acessado janeiro 19, 2009.

117. Re. às diretrizes estrangeiras de Concertación ver Miguel Ortiz Sarkis, "La política exterior de la Concertación, 1990-2002", *Revista Enfoques,* No. 2, 2004, págs. 67-77.

118. Sullivan, *Chile: Political and Economic Conditions and U.S. Relations,* págs. 6-7.

119. Citado em "Chile: Bachelet Meets the Opposition in Venezuela," *Latin American Regional Report: Brazil and Southern Cone,* abril 2007; "Chile: Bachelet Abstains from UN Security Council Vote."

120. "Chile: Putting Bilateral Disputes in Insulated Channels," *Latin American Regional Report: Brazil and Southern Cone,* novembro 2007.

121. Moises Naim, "The 'Axis of Lula' vs. the 'Axis of Hugo'," *Foreign Policy,* março 2009, *www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=4780,* acessado abril 1, 2009.

122. O papel do Brasil no BRIC (Brasil, Rússia, Índia, China) é analisado por Paulo Sotero e Leslie Elliott Armijo, "Brazil: To Be or Not to Be a BRIC?" *Asian Perspective,* Vol. 31, No. 4, Inverno 2007, págs. 43-70.

123. Nicolas Kozloff, *Hugo Chávez: Oil, Politics, and the Challenge to the United States,* New York: Palgrave Macmillan, 2007, págs. 109-111; "Brazil: Taking Advantage of the '4th Fleet Syndrome'," *Latin American Security and Strategic Review,* August 2008; Max Manwaring, "Of Interest," *SSI Newsletter,* setembro 17, 2007; Jonathan Katz, "U.N. Peacekeepers in Haiti Turning to Development," *Miami Herald,* abril 26, 2009.

124. Ver Burges, "Building a Global Southern Coalition," págs. 1348-1356; Naim, "'Axis of Lula.'"

125. Sara Miller Llana, "Brazil, Venezuela Vie for Energy Clout," *Christian Science Monitor,* agosto 10, 2007.

126. Folhas de Dados da USAID, *www.usaid.gov/policy/budget/cbj2005/lac/pdf/514-009.pdf,* acessado fevereiro 22, 2009; Alan Borque, "Changing U.S. Strategy in South America: Adjusting and Exporting Plan Colombia," Master's Thesis, U.S. Army War College, p. 4.

127. Re. shortfalls orçamentárias ver Danna Harman, "Rethinking Plan Colombia: Some Ways to Fix It," *Christian Science Monitor,* setembro 29, 2006; Adam Isacson, "Plan Colombia–Six Years Later: Report of a CIP Staff Visit to Putumayo and Medellín, Colombia," *International Policy Report,* novembro 2006, págs. 3-7.

128. Ver Angel Rabasa e Peter Chalk, *Colombian Labyrinth: The Synergy of Drugs and Insurgency and Its Implications for Regional Stability,* Santa Monica: RAND Corporation, 2001, esp. págs. 1-17, 35-42; Peter DeShazo, Tanya Primiani e Phillip McLean, *Back from the Brink: Evaluating Progress in Colombia, 1999-2007,* Washington, DC: Center for Strategic and International Studies, novembro 2007, esp. págs. 3-7.

129. Vinay Jawahar e Michael Shifter, "State Building in Colombia: Getting Priorities Straight," *Journal of International Affairs* Vol. 58, 2, outubro 2004, págs. 143-154; Marcella, *American Grand Strategy,* págs. 34-38; DeShazo, Primiani, e McLean, *Back from the Brink,* págs. 17, 29, 50; Folha de Fatos do Departamento de Justiça, "U.S. Law Enforcement Projects under Plan Colombia," março 12, 2001, *ciponline.org/colombia/031202.htm,* acessado dezembro 14, 2008; Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, "Country Reports on Human Rights Practices: Colombia," março 6, 2007, *www.state.gov/g/drl/rls/hrrpt/2006/78885.htm,* acessado dezembro 14, 2008.

130. Ingrid Vaicius e Adam Isacson, "Plan Colombia: The Debate in Congress," *www.ciponline.org/colombia/*

1200ipr.htm, acessado novembro 28, 2008; Steven Dudley, "U.S. Pulls Out of Colombian Coca Region," *Miami Herald,* novembro 20, 2006.

131. Danna Harman, "Plan Colombia: Big Gains, but CocaineStill Flows," *Christian Science Monitor,* setembro 28, 2006; DeShazo, Primiani, and McLean, *Back from the Brink*, p. 50; Department of Justice Fact Sheet, "U.S. Law Enforcement Projects under Plan Colombia."

132. Thomas Marks, "A Model Counterinsurgency: Uribe's Colombia (2002-2006) vs. FARC," *Military Review,* março-abril 2007, p. 41.

133. Marks, "A Model Counterinsurgency," págs. 46-48; Mar-cella, *American Grand Strategy,* págs. 36-37; Bureau of Democracy, Human Rights, and Labor, "Country Reports on Human Rights Practices: Colombia."

134. Boa análise dos obstáculos que restam na Colômbia, de Myles R.R. Frechette, *Colombia and the United States—The Partnership: But What is the Endgame?* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, fevereiro 2007, esp. p. 33-36.

135. Citado por Theresa Braine, "Reaching Mexico's Poorest," *Bulletin of the World Health Organization,* Vol. 84, No. 8, agosto 2006, págs. 592-593; também Sarah Barber e Paul Gertler, "The Impact of Mexico's Conditional Cash Transfer Programme, *Oportunidades,* on Birthweight," *Tropical Medicine and International Health* Vol. 13, No. 11, outubro 2008, págs. 1405-1414.

136. Mark P. Sullivan e June S. Beittel, *Mexico-U.S. Relations: Issues for Congress,* Washington, DC: Congressional Research Service, dezembro 18, 2008, págs. 3-4; Laurence Iliff e Alfredo Corchado, "2 Mexican States Trying Out New Justice System," *Dallas Morning News*, agosto 18, 2008.

137. Manuel Roig-Franzia, "Mexico Launches 8th Offensive in Its Drive Against Drug Cartels," *Washington Post,* dezembro 1, 2007; Collen Cook, *Mexico's Drug Cartels*, Washington, DC: Congressional Research Service, fevereiro 25, 2008, p. 13; Ioan Grillo, "Mexico's Narco-Insurgency," *Time,* junho 23, 2008, *www.time.com/time/world/article/0,8599,1707070,00.html,* acessado novembro 14, 2008.

138. "Chile: Bachelet Travels to Mexico," *Latin American Regional Report: Brazil and Southern Cone,* março 2007.

139. Mario Vázquez Raña, "'No vamos a fallar', compromiso del secretario de Seguridad Publica" Promise of the Secretary of Public Security"), *El Sol del Bajío,* 6 de Julio de 2008; Department of State, Office of the Spokesman, "Joint Statement on the Merida Initiative: A New Paradigm for Security Cooperation," outubro 22, 2007, *www.state.gov/r/pa/prs/ps/2007/oct/93817.htm,* acessado setembro 22, 2008.

140. Para análise da Iniciativa de Mérida, ver Hal Brands, *Mexico's Narco-Insurgency and U.S. Counterdrug Policy,* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, abril 2009, esp. págs. 33-38.

141. *Ibid*, págs. 4-21; John P. Sullivan e Adam Elkus, "State of Siege: Mexico's Criminal Insurgency," *Small Wars Journal,* agosto 19, 2008, *smallwarsjournal.com/mag/docs-temp/84-sullivan.pdf*, acessado setembro 12, 2008.

142. Council on Foreign Relations, "A Conversation with Michelle Bachelet."

143. Robert Amsterdam, "A Coup to Remember," *Foreign Policy,* abril 2009, *www.foreignpolicy.com/story/cms.php?story_id=4839*, acessado maio 1, 2009.

144. Steve Ropp, "The Strategic Implications of the Rise of Populism in South America," *Military Technology,* janeiro 2006, p. 46.

145. Clare Ribando Seelke, *Gangs in Central America,* Washington, DC: Congressional Research Service, outubro 17, 2008, pp. 10-11; "Is Argentina the Next Drug Haven?" *Latintelligence.com,* janeiro 8, 2009; Marcella, *War Without Borders,* págs. 27-28.

146. "Chávez's Comeback Drive Tumbles"; "Ecuador-Venezuela: Chávez y Correa esquivan la burocracia," *Informe Latinoamericano,* 5 de septiembre de 2008.

147. Ver, por exemplo, Max G. Manwaring, *A Contemporary Challenge to State Sovereignty: Gangs and Other Illicit Transnational Criminal Organizations in Central America, El Salvador, Mexico, Jamaica, and Brazil,* Carlisle, PA: Strategic Studies Institute, U.S. Army War College, 2007.

148. Colonel G. Alexander Crowther, "Chávez—The Beginning of the End," junho 3, 2008, *www.strategicstudiesinstitute.army.mil/pubs/display.cfm?pubID=872,* acessado maio 1, 2009.

149. Luis Núñez Salmerón, "EE.UU. Congela Cuenta Reto del Milenio", *La Prensa,* 26 de noviembre de 2008; "EEUU congela 3 meses más Cuenta del Milenio a Nicaragua", *MSN Noticias,* 12 de marzo de 2009, *latino.msn.com/noticias/articles/articlepage.aspx?cp-documentid=18554643*, acessado março 19, 2009.

150. Thomas A. Shannon, "Vision and Foreign Assistance Priorities for the Western Hemisphere," março 1, 2007, *www.state.gov/p/wha/rls/rm/07/q1/81226.htm*, acessado janeiro 4, 2009.

151. Council on Hemispheric Affairs, "Biofuels and the Global Food Crisis—Who is to Blame?" julho 10, 2008, *www.coha.org/2008/07/biofuels-and-the-global-food-crisis-who-is-to-blame/*, acessado abril 28, 2009.

152. William Booth e Steve Fainaru, "U.S. Aid Delays in Drug War Criticized," *Washington Post,* abril 5, 2009; Jorge Castañeda, "Morning in Latin America," *Foreign Affairs,* setembro/outubro 2008, *www.foreignaffairs.com/articles/63576/jorge-g-casta%C3%B1eda/morning-in-latin-america*, acessado janeiro 4, 2009.

153. "Obama Urged Not to Sign Colombia FTA," *Bilaterals.org,* abril 22, 2009.

154. Ver James Kitfield, "Repairing Latin Relations," *National Journal,* março 10, 2007, págs. 49-50.

155. Re. a essas iniciativas, ver Castañeda, "Morning in Latin America"; "U.S.-Latin America Relations: A New

Direction for a New Reality," New York: Council on Foreign Relations, 2008, págs. 39-49, 69.

156. Francis Fukuyama, "The Latin American Experience," *Journal of Democracy,* Vol. 19, No. 4, outubro 2008, p. 78.

157. USAID, *Central America and Mexico Gang Assessment,* Washington, DC: Office of Regional Sustainable Development, abril 2006, pp. 13-14, 30; Marcella, *American Grand Strategy,* p. 51.78

158. Roger Noriega, "Heading Off Another 'Lost Decade," *Latin Business Chronicle,* abril 14, 2009, *www.latinbusinesschronicle.com/app/article.aspx?id=3317,* acessado, maio 5, 2009.

O Dr. Brands possui doutorado em História pela Universidade de Yale. É o autor de *Mexico's Counter-Insurgency and U.S. Counter-Narcotics Policy* (2009) e *From Berlin to Baghdad: America's Search for Purpose in the Post-Cold War World* (2008). De sua autoria também inúmeros artigos sobre o narcotráfico e o crime organizado na América Latina. Atualmente é analista de defesa em Washington D.C.

As opiniões expressas ou insinuadas nesta revista pertencem aos seus respectivos autores e não representam, necessariamente, as do Departamento de Defesa, da Força Aérea, da Universidade da Força Aérea ou de quaisquer outros órgãos ou departamentos do governo norte-americano.